

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") foi constituída em 28 de maio de 1969 sob a denominação de União Participações Industriais Ltda., sendo pioneira no setor petroquímico e participando de modo efetivo na instalação do Polo Petroquímico de São Paulo, o primeiro do Brasil. Em 1971, obteve o registro de companhia aberta e, ao longo dos anos 1980, consolidou sua posição de destaque na indústria petroquímica nacional. Desde a sua fundação, a Companhia detinha 50% de participação no capital social da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda ("Carbocloro"), uma *joint venture* celebrada entre o Grupo Occidental e a Companhia.

Nas décadas de 1990 e 2000, a Companhia participou expressivamente do Programa Nacional de Desestatização do setor petroquímico e constituiu a Rio Polímeros – um complexo gás-químico no Rio de Janeiro. Além disso, iniciou a ampliação de capacidade do Polo de São Paulo e realizou aquisições, cujos ativos foram consolidados na Quattor Participações S.A. ("Quattor"), em 2008, que se tornou a segunda maior empresa petroquímica da América do Sul, tendo a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") como sócia e cujo controle era exercido pela Unipar, que detinha 60% do capital votante. Em 2010, a Companhia vendeu a totalidade de sua participação na Quattor à Braskem S.A ("Braskem").

Em 2013, a Companhia adquiriu os 50% remanescentes do capital social da Carbocloro, então detido pelo Grupo Occidental, passando a deter 100% da sua titularidade. Com isso, a Companhia passou a focar sua estratégia na atuação direta no setor de soda cáustica, cloro e derivados.

Em maio de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a Solvay Argentina S.A., produtora de PVC e soda cáustica, para aquisição do controle societário da Solvay Indupa S.A.I.C, cuja denominação social foi alterada para Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina"). A conclusão da aquisição se deu após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, a Companhia seguiu aumentando sua participação no capital social da Unipar Indupa e, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 99,1% do seu capital social total e votante.

Em janeiro de 2018, a agência de classificação de risco Fitch Ratings atribuiu à Unipar, pela primeira vez e de maneira pública, o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra), Perspectiva Estável corporativo, refletindo a posição dos negócios da Companhia no setor latino-americano de petroquímicos, o qual a Companhia entende abarcar sua liderança no mercado brasileiro de cloro-soda, seu saudável histórico de geração de caixa operacional e margens, além do perfil financeiro conservador, suportado por baixa alavancagem e adequado perfil de dívida. Nos anos seguintes, a classificação de risco foi elevada e, em dezembro de 2024, foi de AA+(bra).

A partir de 2020, a Companhia passou a investir em *joint ventures* e parcerias para autoprodução de energia limpa renovável, tendo como parceiros a AES Brasil Energia S.A., atualmente denominada Auren Energia S.A ("Auren"), nos projetos de geração de energia eólica Tucano (Bahia) e Cajuína (Rio Grande do Norte), e a Atlas Renewable Energy, atualmente denominada Engie Brasil Energia S.A. ("Engie"), em projeto de geração de energia solar em Pirapora (Minas Gerais).

Em 2021, no âmbito financeiro, a Companhia celebrou um acordo para o pré-pagamento do débito com terceiros, finalizando, assim, a dívida contraída em 2016 por ocasião da aquisição da Indupa Argentina.

Em novembro do mesmo ano, a Companhia anunciou investimento de cerca de R\$ 100 milhões, por meio de sua controlada indireta Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), em um projeto de ampliação da produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano, e de soda cáustica em 32 mil toneladas ao ano, na planta situada em Santo André, São Paulo. O projeto também contemplou a construção de um forno de ácido clorídrico com capacidade de 91 mil toneladas ao ano e o início da operação ocorreu no 3º trimestre de 2023.

O ano de 2022 foi marcado pela divulgação das estratégias de sustentabilidade da Companhia, que incluem os compromissos 2025-2030 e as ambições até 2050, registradas no 1º Relatório de Sustentabilidade, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, publicado em 14 de setembro de 2022 e disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/relatorio-de-sustentabilidade/>), assim como a divulgação e início da implementação de uma nova planta de produção de cloro/soda e derivados no Polo Petroquímico de Camaçari, Bahia. Para mais informações sobre a agenda ESG da Companhia, vide itens 1.9 e 1.16 deste Formulário de Referência.

Em 2023, foi registrado o início da autoprodução de energia renovável e anunciado o investimento de substituição de tecnologias na planta de Cubatão, São Paulo, com previsão de término em 2025. No âmbito financeiro, a Companhia realizou sua 8ª emissão pública de debêntures, no montante de R\$ 750 milhões.

Ainda em 2023, o grupo Unipar deu início a um processo de reestruturação societária, cujo objetivo é conferir maior eficiência e segurança às suas operações. No âmbito da reestruturação, foi constituída a *Unipar Participaciones S.A.U.*, sociedade com sede na Argentina, sendo-lhe transferida a totalidade das ações da Indupa Brasil, antes detidas pela Indupa Argentina, subsidiária direta da Companhia. Em abril de 2024, a reorganização interna do grupo Unipar foi concluída, mediante a cisão parcial da Indupa Argentina, já devidamente aprovada pelas autoridades competentes da Argentina. Para mais informações sobre a reestruturação do grupo Unipar, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

Em 2024, a Unipar deu início às obras de substituição de tecnologias na planta de Cubatão, São Paulo, obtendo, também, a aprovação de financiamento BNDES para o projeto, no montante de R\$ 673 milhões através do Fundo Clima e FINEM – Meio Ambiente, complementando a linha de crédito contratada em dólares americanos (USD) junto à ECA (*Export Credit Agency*) reembolsável pela Euler Hermes no valor de US\$ 42 milhões pelo prazo de 12 anos.

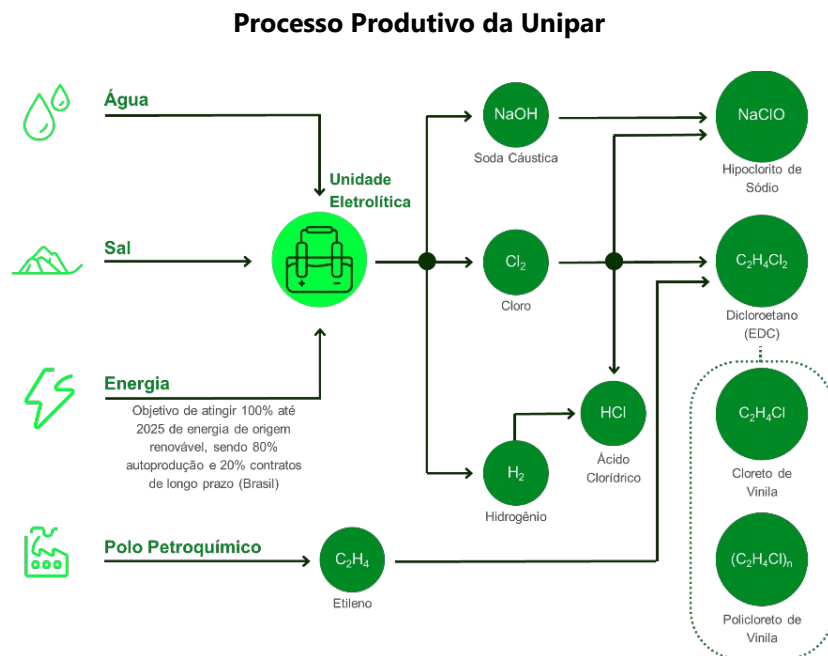
No mês de dezembro de 2024, foram iniciadas as operações na planta de Camaçari, Bahia, que recebeu financiamento do BNB no montante de R\$ 203 milhões.

VISÃO GERAL

A Companhia tem como atividade principal a atuação no setor de cloro e derivados, soda cáustica e PVC, através de suas quatro unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (São Paulo), Santo André (São Paulo), Camaçari (Bahia) e Bahía Blanca (Argentina), as quais atendem a demandas tanto do Brasil quanto de outros países. A Companhia também possui participações nas seguintes empresas: Solalban Energia S.A. ("Solalban"), empresa de geração de energia na Argentina, Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holdings") e Veleiros Holdings S.A. ("Veleiro Holdings"), empresas de geração eólica de energia, e na Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. (em conjunto, "Lar do Sol"), empresa de geração solar de energia no Brasil.

A soda cáustica pode ser vendida na forma líquida e na forma sólida, em grãos (pérolas) ou em escama. A soda cáustica possui diversas aplicações, principalmente nos setores de alumínio, celulose e papel, alimentício, sabões e detergentes e químico/petroquímico. O cloro é utilizado na produção de PVC, defensivos agrícolas, desinfecção e tratamento de água, entre outros. A produção de soda cáustica e cloro ocorre de forma simultânea, em proporções fixas, no processo chamado de eletrólise, no qual também é obtido o hidrogênio como coproduto.

O PVC é utilizado principalmente na indústria de construção civil, na produção de tubulações, conexões e acessórios, revestimento de cabos elétricos e, também, como um substituto de materiais de construção tradicionais, como madeiras e metais, podendo ser utilizado, também, para produção de calçados, mangueiras, embalagens e em materiais hospitalares. O processo produtivo da Companhia encontra-se esquematizado abaixo:



Fonte: Companhia

Nossas fábricas

- Cubatão – Brasil

Com uma área de produção de 100 mil m², é uma das maiores plantas de cloro-soda da América Latina. Sua localização estratégica, próxima ao sistema rodoviário Anchieta-Imigrantes e ao Porto de Santos, permite o recebimento de matérias-primas e o envio de produtos aos clientes também por via marítima.

- Santo André – Brasil

A maior fábrica da Unipar, com 2,5 milhões de m² de área industrial e cuja produção é integrada na cadeia cloro-soda-PVC, está situada na região de maior consumo de PVC do Mercosul. Perto do principal polo petroquímico do Sudeste, conta com conexões logísticas rodoviárias, ferroviárias e portuárias.

- Camaçari - Brasil

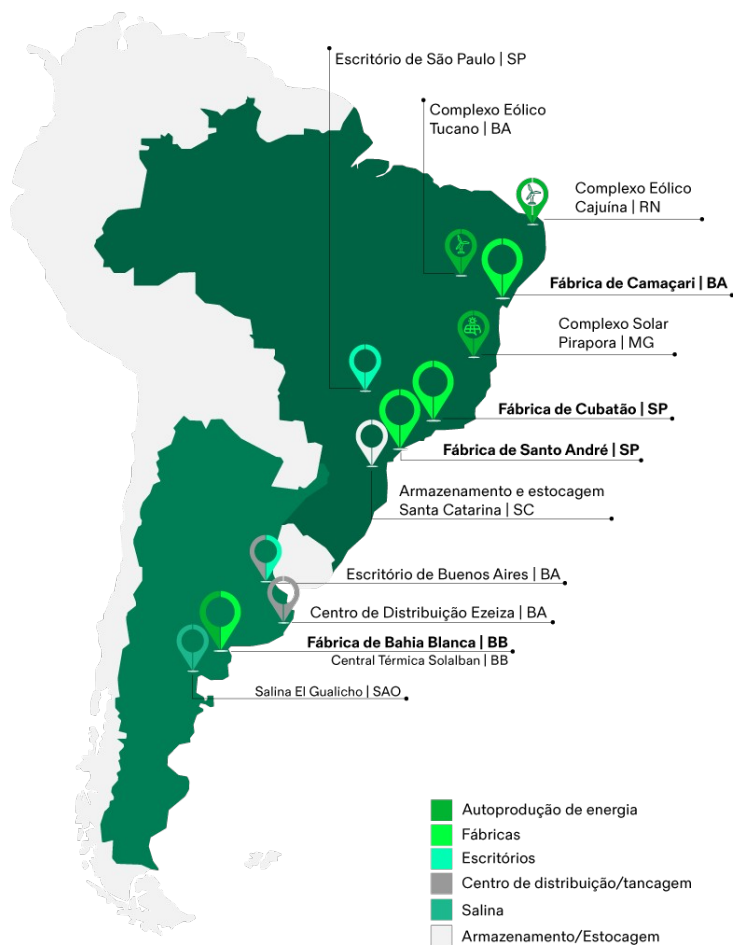
Em operação desde dezembro de 2024, esta nova unidade representa a primeira fábrica da Unipar no Nordeste. Conecta-se com a expansão do mercado de saneamento do Brasil, aproximando-nos dos clientes da região (para mais informações vide item 1.16 deste Formulário de Referência).

- Bahía Blanca – Argentina

Com extensão de 110 hectares, beneficia-se de posição geográfica privilegiada devido às conexões viárias e ferroviárias que possui para acesso ao mercado regional, além de um porto de águas profundas com saída para o Oceano Atlântico.

As operações da Companhia, de forma geral, atendem aos seguintes segmentos, em âmbito nacional e internacional: (i) construção civil, (ii) utilidades domésticas, (iii) papel e celulose, (iv) mineração e siderurgia, (v) saúde, (vi) alimentos e (vii) saneamento. A Companhia entende que a diversificação no fornecimento para diferentes setores contribuiu para um perfil de vendas mais resiliente às flutuações de mercado.

Os principais mercados de atuação da Companhia são as regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil e a Argentina, tanto para a soda cáustica e PVC, que possuem demanda nestas regiões, como para o cloro que, em função de suas características, tem no custo e segurança de transporte um fator importante que pode influenciar na competitividade entre os concorrentes. A Companhia tem presença geográfica marcada tanto nacional quanto internacionalmente, conforme demonstrado abaixo:



Fonte: Companhia

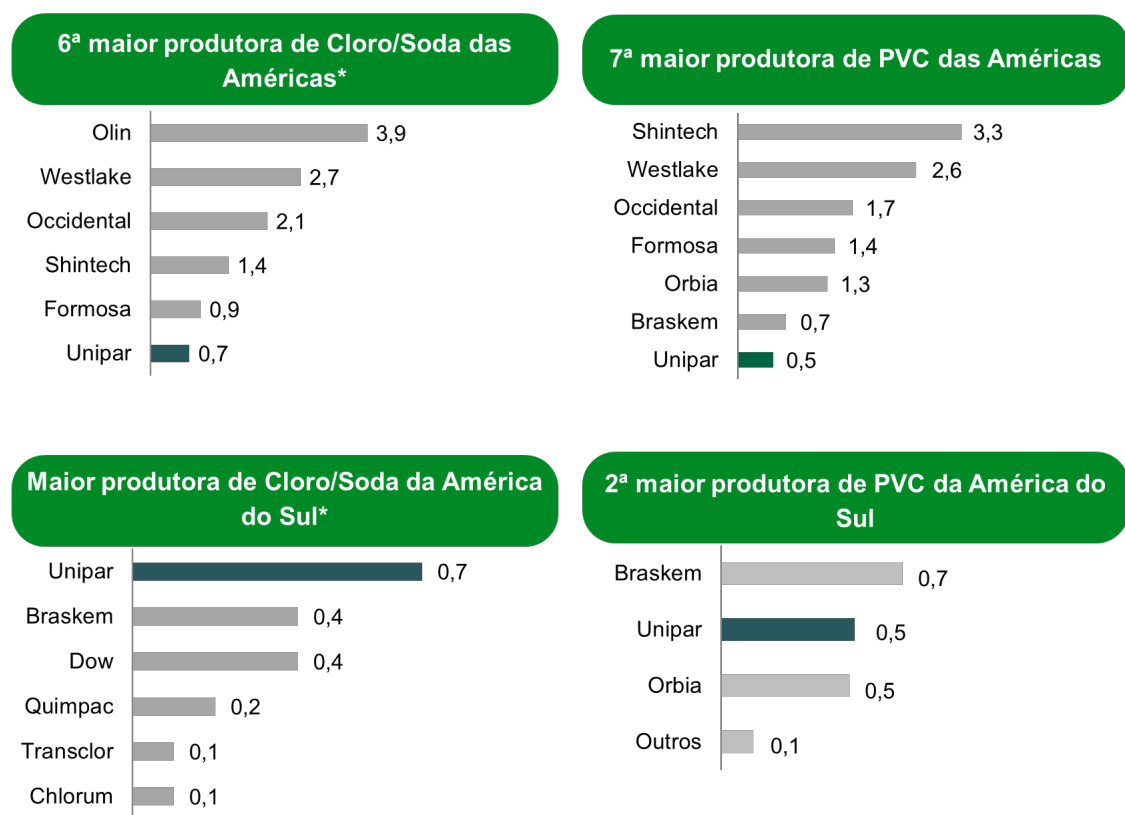
A tabela abaixo mostra a capacidade de produção consolidada por tonelada/ano de cada um dos produtos da Companhia por país, em 31 de dezembro de 2024:

Produtos (mil toneladas por ano)	Brasil	Argentina	Capacidade Total
Cloro	564	165	729
Soda Cáustica	635	186	821
PVC (policloreto de vinila)	300	240	540

A produção de cloro e derivados, soda cáustica e PVC é realizada em quatro plantas localizadas em Cubatão (São Paulo), Santo André (São Paulo), Camaçari (Bahia) e Bahía Blanca (Argentina). As plantas de Santo André e Bahía Blanca, controladas indiretamente e diretamente da Companhia, respectivamente, produzem PVC, além de soda cáustica e cloro.

A Indupa Argentina também possui participação de 58% no capital social da Solalban, a qual iniciou suas operações comerciais em outubro de 2009 para gerar energia elétrica para a fábrica na Argentina. Também na geração de energia elétrica, a Companhia possui participação de 50% na *joint venture* Tucano, no estado da Bahia, que foi constituída em 2020, em conjunto com a Auren para geração de energia eólica. Além disso, a Companhia possui participação indireta de 49,5% do capital total no Complexo de Cajuína, localizado no Rio Grande do Norte, através de sua controlada indireta Indupa Brasil, correspondentes a 10% dos direitos econômicos do projeto de geração de energia eólica que também conta com a parceria da Auren. A Companhia também possui participação de 49,5% do capital total da Lar do Sol, correspondentes a 10% dos direitos econômicos para a produção energia solar localizada em Pirapora (Minas Gerais), através de uma associação com a Engie.

A Companhia destaca abaixo sua posição consolidada na produção de cloro-soda e PVC:



* Em milhões de toneladas de cloro/ano

Fonte: Consultoria Especializada 2024

NOSSA ESTRATÉGIA

A estratégia da Companhia está segmentada em cinco pilares: equipe e cultura, excelência operacional, competitividade, sustentabilidade e crescimento sustentável, guiando os resultados apresentados pela Companhia e buscando um futuro de pautado no crescimento com transparência e responsabilidade. A Companhia tem investido, nos últimos anos, em aumentar sua capacidade instalada de produção, no Brasil,

em linha com a estratégia da Companhia de fortalecimento da sua posição no mercado de cloro, soda cáustica e produtos químicos derivados.

A estratégia para esta expansão está alicerçada no compromisso da Companhia com a sustentabilidade, condição adotada desde a fundação da Unipar e inerente à sua existência. Nesse sentido, tivemos, entre 2022 e 2024, avanços significativos em um ambicioso projeto de transição energética, por meio de parcerias e de robustos investimentos em projetos de autoprodução de energia elétrica de fontes eólica e solar. No último trimestre de 2024, a Companhia alcançou a marca de 66% de consumo de energia nas plantas do Brasil proveniente da autoprodução nestes 3 projetos, reforçando seu comprometimento com a redução do impacto ambiental de seus negócios. Para mais informações sobre Projetos de modernização e expansão vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

Como parte da estratégia de crescimento sustentável, a Companhia, em dezembro de 2024, iniciou as operações de sua nova fábrica em Camaçari, Bahia, visando sua expansão para atendimento ao aumento de demanda previsto com o Marco do Saneamento e o mercado local com uso da tecnologia mais moderna e ecoeficiente disponível, além do uso de energia 100% renovável.

Todas as plantas do Grupo Unipar foram avaliadas pelo Carbon Disclosure Project (“CDP”), tendo nota “C” no tema Mudanças Climáticas no questionário aplicado em 2024. No âmbito dos Recursos Hídricos, a Companhia manteve o conceito “C” obtido no ano anterior. O CDP é uma organização sem fins lucrativos, referência global na divulgação e acompanhamento de informações sobre mudanças climáticas, gestão hídrica e florestas (saiba mais no item 1.16 deste Formulário de Referência).

Para além disso, as ações de responsabilidade social estão contempladas no direcionamento estratégico da Companhia, que prevê a promoção do impacto positivo na sociedade e fortalecimento do relacionamento com nossos públicos. A Companhia está comprometida com a promoção de iniciativas que melhoram a qualidade de vida nas comunidades onde atua e na sociedade. As ações são realizadas com transparência e estão focadas em saneamento e desenvolvimento humano nas seguintes frentes: educação, cultura, esporte e ações socioambientais. Em 31 de dezembro de 2024, mais de 75 projetos sociais estavam em curso ou em fase de estudo, alinhados aos direcionadores, ecossistema e matriz de materialidade da Companhia.

Ainda, a Companhia possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável® (iniciativa global representada no Brasil pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) no Brasil e pela Cámara de la Industria Química y Petroquímica (CIQyP) na Argentina) para as plantas de Cubatão, Santo André e Bahía Blanca, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A nova planta de Camaçari, Bahia, cujas operações se iniciaram em dezembro/2024 está em processo de certificação.

A Unipar também foi reconhecida, em 2024, pela Época Negócios 360, como 3º lugar no Desafio ESG/Socioambiental – setor Química e Petroquímica e 3ª posição no Desafio Pessoas – setor Química e Petroquímica, além de ter recebido o Prêmio Suzano Valoriza concedido à Unipar como melhor fornecedor na categoria Gestão ESG.

A cultura empresarial na Companhia centra-se na responsabilidade ambiental, priorizando a prevenção de impactos ecológicos nas regiões onde atuamos. Este princípio essencial permeia todos os aspectos operacionais, desde projetos específicos até as rotinas diárias, sempre com o objetivo de minimizar nossa pegada ambiental.

Desde a seleção criteriosa de fornecedores com base em exigentes padrões socioambientais, incorporamos a sustentabilidade em todo o ciclo produtivo. O portfólio de iniciativas ambientais da Companhia é diversificado, incluindo: programas de conservação e reaproveitamento hídrico, significativos aportes em energia renovável para operações industriais e sistemas eficientes de gerenciamento de resíduos. Complementamos estas ações com a proteção de extensas áreas de vegetação nativa circundantes às nossas instalações, o que contribui ativamente para a conservação da biodiversidade regional.

A segurança e confiabilidade de nossos processos industriais são asseguradas por rigorosos padrões operacionais, que protegem simultaneamente colaboradores, comunidades vizinhas e meio ambiente. Nossas unidades passam regularmente por certificações de renome internacional, garantindo alinhamento às melhores práticas do setor.

O desempenho sustentável das operações da Companhia é anualmente avaliado pela metodologia EcoVadis, que exige o preenchimento de um extenso questionário com aproximadamente 400 itens, além da apresentação de evidências que comprovem nossas práticas de gestão responsável.

A Companhia também adere formalmente à Convenção de Minamata, acordo internacional voltado à restrição do uso de mercúrio. Na unidade de Cubatão, a previsão é concluir no exercício social de 2025 a eliminação progressiva de mercúrio e diafragma, concentrando nossa produção exclusivamente na tecnologia de membrana.

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional, o qual envolve a produção de soda cáustica, cloro, vinílicos (PVC) e derivados.

Com fábricas em Cubatão (Brasil), Santo André (Brasil), Camaçari (Bahia) e Bahía Blanca (Argentina), a Companhia produz: (i) PVC - resina de grande demanda na fabricação de tubos, esquadrias e outros materiais utilizados na construção civil; (ii) cloro - utilizado na produção de PVC, em defensivos agrícolas, fármacos, na limpeza hospitalar e no tratamento de água; e (iii) soda cáustica - insumo para fabricação de sabão, papel e celulose, alumínio e outros produtos.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Exercício social encerrado em:	31/12/2024	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total
Produção de soda cáustica, cloro, derivados e PVC	5.431	100%
Receita líquida	5.431	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício social encerrado em:	31/12/2024	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total
Produção de soda cáustica, cloro, derivados e PVC	557	100%
Lucro Líquido	557	100%

(a) Características do processo de produção

A produção de soda cáustica e cloro é feita por meio da eletrólise da salmoura. Após a mistura de água e cloreto de sódio para a formação da salmoura, a solução é submetida à descarga elétrica que faz com que os átomos se rearranjam e formem a soda cáustica líquida e o cloro (no estado gasoso) na proporção estequiométrica de 1 tonelada de cloro para 1,12 toneladas de soda. Esse processo é eletrointensivo. Já a produção de PVC envolve a utilização do cloro, produzido pela Companhia, em conjunto com o etileno adquirido de empresas terceiras. No processo de eletrólise, também é obtido o hidrogênio como coproduto, cuja maior parte do volume obtido é destinada à produção do ácido clorídrico, sendo também utilizado na geração de vapor necessário ao processo produtivo e podendo também ser comercializado ao mercado.

As principais matérias-primas empregadas na produção de soda cáustica e cloro são sal, água e a energia elétrica. O sal é adquirido no mercado interno ou externo. Com relação à energia elétrica, a Companhia, como consumidora livre, possui a opção de manter contratos de longo prazo com diversas geradoras e comercializadoras, além da possibilidade de adquirir energia no mercado spot e pela autoprodução através dos três projetos de energia renovável no Brasil e da Solalban, geradora controlada por Indupa Argentina. As condições dos contratos hoje vigentes garantem o pleno atendimento das necessidades da Companhia, com contratos de energia de autoprodução que garantem o fornecimento por um período de 20 anos, os quais são complementados por contratos de longo prazo no mercado livre de energia.

Os principais produtos comercializados são: soda cáustica, PVC, cloro, ácido clorídrico e hipoclorito de sódio. O processo de produção de cada um destes produtos está descrito a seguir:

Soda Cáustica líquida:

A soda cáustica é obtida por meio de eletrólise da salmoura tratada (solução de cloreto de sódio e água). Quando é utilizado o processo por células de diafragma, obtêm-se primeiramente o licor de células (concentração cerca de 10%), esse licor é enviado para uma unidade de evaporação de água, onde é concentrado até a obtenção da soda cáustica 50%, conhecida por seu grau comercial, através desse processo é produzida a soda cáustica líquida comercial; já no processo por células de mercúrio obtêm-se a soda cáustica líquida com concentração a 50% (soda cáustica rayon), nesse processo não há necessidade de evaporação; e pelo processo por células de membrana, obtêm-se a soda um pouco menos concentrada (32%) do que a obtida por células de mercúrio, necessitando ser concentrada por evaporação.

Seja no grau rayon, membrana ou comercial, apresenta-se sob a forma de solução aquosa, límpida, contendo cerca de 50% de hidróxido de sódio (NaOH) em peso. São comercializadas a granel e transportadas em carros-tanque.

Soda Cáustica em escamas:

A soda cáustica em escamas grau rayon é obtida a partir do processo de evaporação total da água contida na soda cáustica líquida rayon, que a torna sólida, e após isso passa pelo processo de escamação.

Este produto apresenta-se na forma de escamas brancas, altamente deliquescentes (absorve a umidade do

ar e nela se dissolve) e com concentração média de 98% de hidróxido de sódio em peso, conforme a especificação. É comercializada em sacos de polietileno de 25 kg, paletizados e é fabricado em Cubatão/SP (Brasil).

Soda Cáustica Pérolas:

A soda cáustica em pérolas é obtida a partir do processo de evaporação total da água contida na soda cáustica líquida rayon, que a torna sólida, e após isso passa pelo processo de gotejamento.

Este produto apresenta-se na forma de pequenas esferas brancas, altamente deliquescentes (absorve a umidade do ar e nela se dissolve) e com concentração média de 99% de hidróxido de sódio em peso, conforme a especificação. É comercializada em sacos de polietileno de 25 kg, paletizados e é fabricado na unidade de Bahia Blanca (Argentina).

PVC:

A obtenção do PVC envolve a fabricação do dicloroetano (EDC), obtido pela reação do cloro com etileno, que forma o VCM, através de processo de decomposição térmica (pirólise). O PVC é produzido pela polimerização do VCM e apresenta-se na forma de pó branco.

Cloro:

O gás cloro é obtido por meio da eletrólise de uma solução de cloreto de sódio e água. A aparência inicial é a de um gás amarelo-esverdeado, com odor forte e característico.

O gás cloro é pressurizado, posteriormente é resfriado para ser liquefeito, transformando-se num líquido claro de cor âmbar. Ele é comercializado nesta forma, e seu transporte pode ser feito em carros-tanque, isotanques, ou através de tubulação.

O cloro é também empregado como matéria-prima no processo produtivo do ácido clorídrico, do hipoclorito de sódio, na sua forma gasosa, e do dicloroetano, na sua forma líquida.

Ácido Clorídrico:

O ácido clorídrico é obtido por meio da absorção do gás cloreto de hidrogênio em água. Esse gás é formado pela reação do cloro e do hidrogênio, ambos gerados na eletrólise da salmoura. Nas plantas de Santo André/SP (Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), a quase totalidade do ácido clorídrico é produzido no processo de fabricação de VCM.

O ácido clorídrico é um líquido fumegante, claro e ligeiramente amarelado, de odor forte e característico. Pode conter de 33% a 37% de cloreto de hidrogênio em peso e é comercializado a granel. Seu transporte é realizado em carros-tanque.

Hipoclorito de Sódio:

O hipoclorito de sódio é obtido pela reação do cloro e da soda cáustica. Apresenta-se como solução aquosa,

alcalina, contendo cerca de 13% de hipoclorito de sódio (NaClO). Tem coloração amarelada e odor característico.

É comercializado a granel e transportado em carros-tanque. O hipoclorito de sódio tem propriedades oxidantes, branqueantes e desinfetantes, servindo para inúmeras aplicações.

(b) Características do processo de distribuição

As localizações dos parques industriais da Companhia são estratégicas e viabilizam o transporte às regiões de alto consumo de seus produtos: (i) a planta de Cubatão está localizada no polo industrial do município de Cubatão, próxima ao Porto de Santos e ao sistema rodoviário Anchieta-Imigrantes; (ii) a planta de Santo André está instalada na região de maior consumo de PVC do Mercosul e se situa perto do maior polo petroquímico da região Sudeste, possuindo conexões com a logística rodoviária, ferroviária e portuária; (iii) a planta de Camaçari está localizada no polo petroquímico de Camaçari, Bahia, visando, além de atender às indústrias da região, atender o aumento da demanda previsto com o Marco do Saneamento; e (iv) a planta de Bahía Blanca, único produtor de PVC na Argentina, está inserida no Polo Petroquímico de Bahía Blanca com conexões rodoviárias e ferroviárias que garantem o acesso aos mercados da região e com um porto de águas profundas com saída ao Atlântico, que beneficia as exportações.

O principal mercado da Companhia é o mercado interno. Em geral, os produtos são comercializados a granel (sendo transportadas em carros-tanque ou carreta-silo), sacarias (25kg) ou "Big Bags". Toda a logística de transporte é realizada por empresas contratadas. Para o transporte de produtos químicos perigosos, a Companhia exige que a transportadora parceira possua certificação no Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade (SASSMAQ), conjunto de boas práticas, monitoramento e melhoria contínua, com indicadores de desempenho, que tem como objetivo reduzir os riscos de transporte e distribuição. A Companhia avalia as transportadoras bimensalmente, com o estabelecimento de planos de ação para melhoria contínua.

(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados

Os principais mercados de atuação para a venda de cloro, ácido clorídrico e hipoclorito de sódio são as regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, em função de maior demanda do mercado nestas regiões. A Companhia foca em estabelecer contratos de longo prazo com seus clientes, tais como companhias de saneamento básico e indústrias.

Os principais segmentos atendidos pela soda cáustica são papel e celulose, alumínio, alimentos e bebidas, químico e petroquímico, sabões e detergentes e revenda. O preço da soda cáustica é baseado em referências internacionais de mercado e é comercializado preponderantemente nos mercados locais da Companhia (Brasil e Argentina), enquanto uma parcela pequena da produção é exportada para outros países, conforme descrito no item 1.7 deste Formulário de Referência.

Os principais mercados para o PVC são as regiões sul e sudeste no Brasil, sendo a Companhia uma das únicas duas produtoras de PVC no país, e a Argentina, onde a Companhia figura como única produtora de

PVC. Os segmentos atendidos são tubos e conexões, perfis, compostos de PVC, laminados, automotivo, brinquedos, entre outros. O preço do PVC é baseado em referências internacionais de mercado.

Conforme dados divulgados por consultorias internacionais, como IHS Markit e ICIS, a Companhia figura como o maior produtor de cloro e soda cáustica da América do Sul, com capacidade instalada de 729 mil toneladas de cloro ao ano e 821 mil toneladas de soda cáustica ao ano, e segundo maior produtor de PVC da América do Sul, com capacidade instalada de 540 mil toneladas ao ano.

(ii) Condições de competição nos mercados

A soda cáustica e o PVC seguem os preços praticados no mercado internacional. No mercado interno, os principais competidores são Braskem, Dow, Olin, Chemtrade, Katrium, Chlorum e CMPC. Dependendo dos preços e estoques internacionais, alguns produtores e "traders" importam produtos e os disponibilizam no mercado local.

A competitividade dos segmentos de cloro e derivados, soda cáustica e PVC é determinada por: (a) disponibilidade/custo de matérias-primas (sal, energia elétrica e etileno), (b) escala de produção; e (c) localização. Estes fatores privilegiam a Companhia em função da liderança exercida no atendimento dos mercados das regiões sul e sudeste, os mais significativos do Brasil.

(d) Eventual sazonalidade

Os produtos da Companhia são considerados como insumos básicos para diversos segmentos industriais com atuação em vários setores da economia, tais como: papel/celulose, alumínio, construção civil, infraestrutura, alimentos, siderurgia/metalurgia, tratamento de água, sabões/detergentes, produtos de limpeza, etc. Dada essa diversidade, o efeito sazonal nas vendas não é significativo, havendo compensação entre as respectivas sazonalidades de cada um dos segmentos industriais que consomem os produtos da Companhia.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia desenvolve um forte relacionamento com os seus fornecedores. Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia são etileno, energia elétrica, sal, água, gás natural e vapor, os quais representam conjuntamente cerca de 90% dos custos variáveis consolidados.

Para a planta de Cubatão, São Paulo, e planta de Camaçari, Bahia, o custo de eletricidade é o componente mais importante dos custos de produção, estando o seu fornecimento garantido através de contratos predominantemente de longo prazo no Mercado Livre de Energia e por meio dos contratos na modalidade PPA (*Power Purchase Agreement*) dos projetos de autoprodução de energia em que a Companhia é acionista. Com relação ao sal, ele pode ser adquirido tanto no mercado nacional como via importação. Já o abastecimento de água utilizada no processo produtivo é realizado através da captação via tubulação instalada junto ao Rio Perequê, em São Paulo e, em Camaçari, a água é adquirida da empresa CETREL. O

fornecimento de gás natural é realizado via contrato de longo prazo firmado junto à distribuidora Comgás e o suprimento de vapor é garantido por contrato firmado junto a Petrocoque (localizada nas proximidades da fábrica da Companhia em Cubatão) e por geração própria com hidrogênio e/ou gás natural.

Para as plantas de Santo André, São Paulo, e Bahía Blanca, na Argentina, as principais matérias-primas adquiridas são sal, energia elétrica e etileno. O etileno é o componente mais importante dos custos de produção das plantas produtoras de PVC. Os contratos com os provedores de etileno tanto na Argentina como no Brasil são de longo prazo. A Braskem é o único produtor de etileno no Brasil, cuja comercialização é feita em condições de preço que refletem o comportamento das cotações internacionais. Na Argentina, o produtor e fornecedor para a planta em Bahía Blanca é a Dow Chemicals. Com relação ao sal, há opção de compra no mercado interno e externo. Na Argentina, a Indupa Argentina possui autorização para exploração de sal na mina de El Gualicho (área de exploração 5.860 hectares). A água nas plantas de Santo André e Bahía Blanca deriva de abastecimento local.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme indicado no item (i) acima, algumas categorias de insumos e matérias primas utilizados pela Companhia são adquiridas de poucos fornecedores (como é o caso do etileno), e, caso ocorram alterações nessas cadeias de fornecimento, as atividades e negócios da Companhia podem ser afetados adversamente.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços da soda cáustica e PVC estão sujeitos às variações dos preços dessas *commodities* no mercado internacional e à variação do câmbio. Outros produtos tais como cloro, ácido clorídrico e hipoclorito de sódio possuem eventual volatilidade ligada à competitividade local, conforme oferta e demanda.

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todas as unidades de produção da Companhia operam com as devidas licenças e autorizações atualizadas e dentro dos prazos requeridos pelos órgãos reguladores.

A unidade de Cubatão encontra-se devidamente licenciada junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB"), órgão Ambiental do Estado de São Paulo, através da Licença de Operação nº 25001457, emitida em 24/10/2023, válida até 24/10/2025. Esta Licença vem sendo renovada de dois em dois anos e a planta vem atendendo todas as exigências técnicas formuladas por este órgão dentro dos prazos estabelecidos. Ainda, o Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, Registro nº 5878586, para todas as suas atividades, e o Certificado de Regularidade são renovados trimestralmente.

A unidade de Cubatão possui outorgas emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica ("DAEE"), conforme segue:

- Barramento do Rio Perequê, outorgada através da Portaria DAEE nº 29 de 23/01/1998, válida até 23/01/2028;
- Captação de água superficial no Rio Perequê, outorgada através das Portarias DAEE nº 2.633 de 20/04/2023, válida até 20/04/2028 e nº 5.248 de 17/08/2021, válida até 17/08/2026;
- Lançamento superficial no Rio Cubatão, outorgada através das Portarias DAEE nº 2.634 e 2,635 ambas publicadas em 20/04/2023 e válidas até 20/04/2028.

A unidade de Santo André encontra-se devidamente licenciada junto à CETESB através da Licença de Operação nº 16011940, emitida em 11/01/2023 e válida até 28/04/2025. Esta Licença vem sendo renovada de dois em dois anos e a planta vem atendendo todas as exigências técnicas formuladas por este órgão dentro dos prazos estabelecidos. Adicionalmente, a planta possui licença de operação nº 16012300, emitida em 21/12/2023 e válida até 28/04/2025 que se refere ao Forno de HCl instalado em 2023. Ainda, o Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, Registro nº 60635, para todas as suas atividades, e o Certificado de Regularidade são renovados trimestralmente.

A unidade de Santo André possui outorgas emitidas pelo DAEE, conforme segue:

- Captação de água superficial no Rio Grande ou Jurubatuba, outorgada através da Portaria DAEE nº 4.607 de 21/08/2020, válida até 21/08/2025;
- Captação subterrânea em dois pontos, outorgada através da Portaria DAEE nº 4.607 de 21/08/2020, válida até 21/08/2025;
- Captação subterrânea em um outro ponto, outorgada através da Portaria DAEE nº 2.309 de 10/04/2023, válida até 10/04/2028.

A unidade de Camaçari, cujas operações foram iniciadas em dezembro de 2024, encontra-se devidamente licenciada junto ao INEMA através da Licença de Operação nº 32082, emitida em 06/11/2024 e válida até 06/11/2028 e Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, Registro nº 8606133, para todas as suas atividades, sendo que o Certificado de Regularidade é renovado trimestralmente.

No processo produtivo das plantas no Brasil, são utilizados alguns insumos que são controlados pela Polícia Civil, Polícia Federal e pelo Exército Brasileiro, sendo que a Companhia envia toda a movimentação de estoque desses produtos a estes órgãos, conforme prazos estabelecidos. A Companhia também envia mensalmente para a Polícia Federal informações de vendas (volume e cliente) dos seus produtos.

A unidade de Bahía Blanca, na Argentina, possui o "*Certificado de Aptitud Ambiental*" (CAA) (*Resolución n° 22/2025*), emitido em 18/02/2025 e válido até 18/02/2029. Esta licença é outorgada pelo MA PBA – *Ministerio de Ambiente de la Provincia de Buenos Aires* e vem sendo renovada a cada quatro anos, atendendo todas as exigências técnicas formuladas por este órgão.

Outras licenças importantes são:

- "*Licencia de Emisiones Gaseosas a la Atmósfera*" (LEGA), emitida em 30/08/2019 e válida até 30/08/2023. A renovação desta licença foi apresentada tempestivamente, em 17/08/2023. Atualmente, o órgão de controle está "Elaborando Relatório Técnico" para a renovação.
- "*Certificado de Habilitación Especial*" (CHE) como gerador de resíduos especiais, emitido em 19/12/2024 e válido até 19/12/2025 (*Generador de Residuos Especiales Industriales*, Tasa 2024), gerenciada pelo *Ministerio de Ambiente de la Provincia de Buenos Aires* (MA PBA);]
- "*Permiso de Vuelco de efluentes industriales*", cuja renovação foi apresentada na data de término da vigência anterior (20/10/2022), outorgado pela *Autoridad Del Agua* (ADA). O órgão de controle continua no processo de Análise Técnica da Solicitação;
- *Permiso de Explotación del Recurso Hídrico Subterráneo*, emitido em 05/03/2021 e válido até 05/03/2025 (*Resolución 303- 21- GDEBA-ADA*), outorgado pela *Autoridad del Agua* (ADA). A renovação desta licença foi apresentada tempestivamente, em 11/02/2025. Atualmente, o status da renovação perante o órgão de controle é "*Análisis de situaciones bloqueantes*" para a renovação; e
- "*Permiso para nuevas perforaciones*" que garante aptidão para Trabalho para Exploração, emitida em 01/03/2023 e válida até 01/03/2027 (*Resolución 149-23- GDEBA-ADA*), outorgado pela *Autoridad del Agua* (ADA).

Historicamente, a Companhia nunca teve problemas de relacionamento com a administração pública brasileira e argentina no tocante a obtenção das autorizações requeridas pelos órgãos reguladores acima.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Questões ambientais

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14.001 em três de suas plantas, sendo que desde 1999 em Cubatão, desde 1995 em Santo André e desde 1998 em Bahía Blanca. A nova unidade de Camaçari está em fase de adequação do seu Sistema de Gestão Integrado para certificar nas normas ISO 9.001, ISO 14.001 e ISO 45.001.

As três plantas são certificadas no Programa *Responsible Care*® (denominado "Programa Atuação Responsável" no Brasil e "*Programa de Cuidado Responsable del Medio Ambiente*" na Argentina), se comprometendo com o desenvolvimento e aplicação da química sustentável. Fomos a primeira empresa no Brasil a ser signatária do Programa Atuação Responsável®, iniciativa da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que engloba questões relacionadas à gestão de saúde e segurança do trabalho. A nova unidade de Camaçari está em fase de adequação para receber a certificação do Programa *Responsible Care*.

Nossas plantas também dispõem de ambulatório médico para atendimentos emergenciais e ocupacionais e encaminhamento, quando necessário, para hospital ou especialista. Contamos com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), para monitoramento da saúde dos colaboradores em relação aos riscos ocupacionais aos quais estão expostos. O programa inclui acompanhamento para auxiliar no diagnóstico precoce de doenças não relacionadas ao trabalho, como diabetes e colesterol.

Vale destacar que o acesso às informações pessoais de saúde de cada trabalhador é restrito aos profissionais do serviço de saúde, seguindo a ética médica e os requisitos legais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").

Questões sociais

Embora a regulação específica sobre direitos humanos e empresas no Brasil não possua caráter vinculante, há uma tendência cada vez mais forte de proliferação de novos instrumentos normativos para prever obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios.

Por sua vez, a Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

A Companhia possui um Código de Conduta ("Código de Conduta"), que formaliza o compromisso de todos os seus colaboradores em realizar uma atuação baseada no respeito, transparência e de igualdade entre seus profissionais, acionistas e/ou clientes, em estrita conformidade com os princípios e diretrizes previstos no Código e nas leis e regulamentos aplicáveis. Além disso, a Companhia possui uma Política de Responsabilidade Social ("Política de Responsabilidade Social"), descrita no item (d) abaixo, que estabelece diretrizes para que esteja presente em ações que agreguem valor à sociedade, voltados às áreas de vulnerabilidade social, educação, meio ambiente e cultura.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não aplicável, tendo em vista que, atualmente, a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias ou contratos de *royalties* para o desenvolvimento de suas atividades, não possuindo, portanto, qualquer tipo de dependência neste sentido.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Companhia possui uma Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2021, no âmbito do cumprimento das premissas de seu Programa de Compliance. Essa Política estabelece diretrizes e define critérios e procedimentos para as ações de Responsabilidade Social envolvendo: (i) o relacionamento com a comunidade; (ii) patrocínios; (iii) doações; (iv) aportes emergenciais; (v) Programa Fábrica Aberta; (vi) programas de voluntariado; e (vii) *Responsible Care*.

Nesta Política, a Companhia veda expressamente a realização de qualquer tipo de patrocínio, doação ou aporte emergencial que seja oferecido, prometido ou concedido com a finalidade de se obter uma vantagem indevida ou influenciar a ação de qualquer pessoa, seja agente público, fornecedor, terceiro, dentre outros, independentemente da idoneidade da organização a ser favorecida.

A Companhia possui uma Linha Direta para manifestações como um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser utilizada por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para efetuar um relato, fazer perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta, políticas, procedimentos ou comportamentos contrários à lei. Este serviço é realizado por um prestador de serviços terceirizado e independente afim de assegurar a confidencialidade e a anonimidade.

Ainda, a Política prevê a presença da Companhia em diversas ações que agregam valor à sociedade, como as seguintes:

- i. Vulnerabilidade Social: Trabalhar em conjunto com atores comunitários no desenvolvimento de programas ou atividades que tendem a melhorar a qualidade de vida das pessoas;
- ii. Educação: Ações que melhorem a qualidade da educação dos estudantes em instituições públicas e projetos de promoção da oferta educativa em seus diferentes níveis;
- iii. Meio Ambiente: Projetos que promovam a conscientização e a preservação do meio ambiente;
- iv. Cultura: Contribuições para disseminar ações culturais e incentivá-las.

A Política também fixa as competências do Comitê de Ética, as bases do Relacionamento da Companhia com a Comunidade e as diretrizes que devem ser seguidas ao tratar de patrocínios, doações e aportes emergenciais. Neste último aspecto, as diretrizes da Companhia são as seguintes:

- i. Com relação aos patrocínios, a Companhia patrocina prioritariamente projetos aprovados através

de leis de incentivo à cultura e ao esporte. Também apoia projetos que contribuem para o desenvolvimento da sociedade e fortalecimento de valores e tradições, estimulando o aprendizado e a convivência harmônica entre as pessoas, exercendo seu papel de empresa cidadã, sem esperar, assim, resultados comerciais.

ii. Com relação às doações, é estritamente vedado que a Companhia faça qualquer tipo de doação direta ou indireta para campanhas políticas ou candidatos a cargos públicos eletivos. Por outro lado, a Companhia permite a realização de doações para a comunidade, devendo ser deliberada pela Diretoria Executiva, que pesquisará sobre a entidade que receberá a doação para identificar seu histórico e potenciais conflitos de interesses. Com relação à doação de materiais, daqueles fabricados pela Companhia, podem ser doados o hipoclorito de sódio e o policloreto de vinila, além de ser permitida a doação de sucata.

iii. Com relação aos aportes emergenciais, a Companhia doa para instituições locais que têm necessidades emergenciais, que devem ser previamente autorizados pelo Comitê de Ética.

Para mais informações, a íntegra da Política de Responsabilidade Social da Companhia encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/).

(i) Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) Em favor de partidos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras visando a tal finalidade.

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita proveniente de clientes sediados no país sede da Companhia (Brasil) totalizou R\$ 4,0 bilhões, 74,1% da receita líquida total da Companhia.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita proveniente da Argentina totalizou R\$ 1,2 bilhão (22,2% da receita total líquida) e de outros países, destacando-se Bolívia, Paraguai, Estados Unidos da América, Uruguai, Chile, México e Bélgica, totalizou R\$ 0,2 bilhão (3,7% da receita total líquida).

A Companhia entende que não existem regulações de países estrangeiros que causem impacto relevante sobre suas atividades.

a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga informações ASG em seu Relatório de Sustentabilidade, divulgado anualmente desde 14 de setembro de 2022, com informações referentes ao exercício social de 2021. O 3º Relatório de Sustentabilidade da Companhia, referente ao ano de 2023, foi divulgado ao mercado em 31 de julho de 2024.

A Companhia também tornou públicas suas respostas ao questionário do CDP - Carbon Disclosure Project, sendo que, para 2024, recebeu a nota "C" nas categorias de Mudanças Climáticas e Gestão Hídrica.

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia é elaborado em conformidade com normas da *Global Reporting Initiative* (GRI).

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Atualmente, o Relatório de Sustentabilidade da Companhia não é objeto de auditoria por entidade independente.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Os Relatórios de Sustentabilidade da Companhia estão disponíveis para consulta nas seguintes páginas na rede mundial de computadores: no site de relações com investidores da Companhia (ri.unipar.com/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/), no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br) e no site corporativo da Companhia (unipar.com/sustentabilidade).

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia considera uma matriz de materialidade, construída de forma a identificar os temas ambientais, sociais e de governança mais relevantes para o negócio e para os *stakeholders* da Companhia, direcionando as metas e definindo os indicadores a serem monitorados e reportados. Desenvolvida em 2021, a partir de um processo de alinhamento com *stakeholders*, a matriz de materialidade permanece consistente com os temas que mais impactam seus negócios e envolve os seguintes tópicos materiais:

- Integridade e ética nos negócios: integridade, confiabilidade e ética compõem os valores da Companhia, que se compromete a seguir altos níveis de governança, primando pela ética e construindo relações institucionais que gerem real impacto;

- Gerenciamento de resíduos: a Companhia adota práticas para a redução da geração de resíduos em seus processos e busca aumentar o reaproveitamento de materiais, atuando de forma responsável;
- Segurança e saúde: a saúde e a segurança dos colaboradores, das operações, dos clientes e das comunidades compõem um tema inegociável para a Companhia, que busca excelência nas operações e entornos e na logística segura de seus produtos;
- Mudanças climáticas, energia e emissões: os processos produtivos demandam consumo expressivo de energia elétrica, sendo que a Companhia possui ações de eficiência energética e está em processo de transição energética, investindo na autoprodução de energia solar e eólica, além de ter assumido compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa, tendo a meta de chegar a Net Zero em 2050;
- Relação com comunidades: a Companhia se compromete com a promoção do desenvolvimento humano nas frentes de educação, cultura, esportes e ações socioambientais além do saneamento, principalmente nas comunidades locais onde atua, no Brasil e na Argentina;
- Gestão de riscos: a Companhia busca ser reconhecida por sua atuação com excelência em gestão e mitigação de riscos, para preservar sua operação e a perenidade, o que é um tema prioritário em suas práticas;
- Água e saneamento: os produtos da Companhia estão relacionados ao tratamento de água ou sua fase de uso, por isso, a contribuição para o acesso à água limpa e ao saneamento nos países em que a Companhia atua e o uso responsável de água em suas atividades são temas de muita importância; e
- Diversidade, equidade e inclusão: a Companhia busca criar um ambiente inclusivo, desenvolvendo iniciativas para aumentar a equidade e a representatividade na Companhia.

O desempenho em ASG é monitorado por meio dos compromissos estabelecidos em 2022 pela Companhia, cujo acompanhamento é apresentado anualmente nos Relatórios de Sustentabilidade. Dentre os compromissos estabelecidos, destacam-se:

- Migrar para 60% de energia elétrica de fonte renovável até 2025;
- Reduzir em 10% as emissões de CO2 de escopos 1 e 2 (ano base 2020) até 2025 e 30% até 2030;
- Eliminar a utilização de mercúrio nas operações até 2030;
- Reduzir em 15% a intensidade do uso de água, com 15% de reuso (ano base 2021) até 2030; e
- Compromisso com a gestão para zero acidentes e incidentes operacionais de maneira recorrente.

A Companhia planeja realizar, através da contratação de consultoria especializada, um estudo para a implementação da dupla materialidade, um conceito que integra tanto a materialidade de impacto quanto

a financeira, o que nos permitirá uma visão mais completa dos nossos impactos e oportunidades.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O relatório anual da Companhia considera os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como prioritários para o seu negócio, os quais são indicados de forma alinhada à matriz de materialidade mencionada no subitem “e” do presente item: ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 6 – Água Potável e Saneamento, ODS 7 – Energia Limpa e Acessível, ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (“TCFD”) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas relacionadas a questões climáticas.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

O inventário de emissões de gases de efeito estufa da Companhia contempla os escopos 1 e 2 com verificação independente, cujas principais informações estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade disponível em <https://ri.unipar.com/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>.

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

Não aplicável, considerando que a Companhia divulga relatório anual de sustentabilidade.

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, considerando que a Companhia adota e divulga matriz de materialidade, conforme indicado no item (e) acima.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, considerando que a Companhia adota e divulga indicadores-chave de desempenho ASG, conforme indicado no item (e) acima.

(iv) A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Desde o início da sua jornada com a Sustentabilidade, a Companhia mantém a evolução da sua gestão de indicadores, seguindo as normas e órgãos vigentes, assim como adotando metodologias e certificações reconhecidas e verificações externas já presentes em setores prioritários para a Companhia. A Companhia pretende manter a constante evolução e gestão de seus indicadores de Sustentabilidade nos próximos anos.

Ainda que não realize a auditoria ou revisão das informações divulgadas no seu relatório anual de sustentabilidade, a Companhia contrata fornecedor para realização de auditoria de suas emissões de gases de efeito estufa de escopos 1 e 2 e reconhece a necessidade de conduzir um processo de avaliação adequada e efetiva dos seus principais desafios, riscos e oportunidades da perspectiva ASG, o que demanda uma análise cuidadosa da relação existente entre suas práticas e os temas prioritários para o seu negócio e para a Companhia. Nesse sentido, a Companhia estuda a contratação de auditoria independente para revisão do relatório anual nos próximos anos.

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Item parcialmente não aplicável. A Companhia considera os ODS nas informações ASG divulgadas em seu relatório anual, mas não adota recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD.

A Companhia ressalta que está constantemente desenvolvendo e investindo na robustez da divulgação das informações ASG. Os Relatórios de Sustentabilidade publicados sobre os anos base de 2021, 2022 e 2023 adicionam indicadores auditados dos inventários de emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2, bem como foram compartilhados na plataforma do CDP de acordo com a metodologia GHG Protocol, demonstrando evoluções na sua gestão climática.

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Item parcialmente não aplicável, considerando que a Companhia realiza e divulga inventários de emissão de gases do efeito estufa, alcançando os escopos 1 e 2, conforme indicado no item (h) acima. A Companhia estuda ampliar a abrangência do inventário realizado, de modo a incluir o escopo 3.

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social.

Operações societárias:

Com a constituição da *Unipar Participaciones S.A.U* ("Unipar Participaciones"), sociedade com sede na Argentina, em 16 de março de 2023, foi iniciado um processo interno de reestruturação societária do grupo Unipar, tendo por objetivo conferir maior eficiência e segurança às suas operações.

Em 10 de abril de 2024, a reorganização interna das empresas do grupo da Companhia foi concluída, mediante (i) a cisão parcial da Indupa Argentina, aprovada pela a *Inspección General de Justicia* - IGJ, autoridade que responde ao *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación* e tem como função fiscalizar as sociedades por ações – exceto as sujeitas ao controle da *Comisión Nacional de Valores* - CNV – e as sociedades por quotas; e (ii) transferência da totalidade das ações da Indupa Brasil, anteriormente controlada pela Indupa Argentina, subsidiária direta da Companhia também sediada na Argentina, para a Unipar Participaciones.

Para maiores informações sobre a reestruturação societária do grupo Unipar, vide fato relevante divulgado pela Companhia em 10 de abril de 2024, disponível no site da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (ri.unipar.com).

Aumento de capital:

Em 18 de abril de 2024, a Companhia realizou um aumento de capital no valor de R\$ 242.233.252,38 (duzentos e quarenta e dois milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos), aumentando seu capital social de R\$ 927.876.465,69 (novecentos e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 1.170.109.718,07 (um bilhão, cento e setenta milhões, cento e nove mil, setecentos e dezoito reais e sete centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva estatutária da Companhia.

Para mais informações sobre o aumento de capital, vide aviso aos acionistas divulgado pela Companhia em 18 de abril de 2024, disponível no site da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (ri.unipar.com).

Redução de capital:

No último exercício social, não houve redução do capital social da Companhia.

A Companhia possui um Acordo de Acionistas depositado em sua sede, celebrado em 17 de dezembro de 2022 entre Vila Velha S.A. Administração e Participações e Barra Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior. O Acordo permanecerá válido e eficaz pelo prazo de 10 anos, contados de sua assinatura, sendo terminado automaticamente após esse período.

Para mais informações, a íntegra do Acordo de Acionistas está disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.unipar.com).

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no último exercício social.

SUSTENTABILIDADE, IMPACTOS SOCIAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estratégia para expansão de sustentabilidade da Companhia está alicerçada em seu compromisso com a sustentabilidade, condição adotada desde sua fundação e inerente à sua existência.

Em 2022, consolidamos nossas diretrizes de sustentabilidade e trabalhamos na elaboração da estrutura de sustentabilidade. Estabelecemos três critérios básicos para elegibilidade de projetos: as iniciativas têm de ter impacto relevante, alinhamento com a nossa estratégia e prever retorno econômico. Como principal diretriz, a ambição da Companhia é tornar-se um agente de transformação por um mundo mais sustentável, o que significa promover mudanças internamente e no ecossistema da Companhia, que inclui: clientes, investidores e instituições, fornecedores, comunidades do entorno de suas operações e sociedade. O objetivo da Companhia é implementar iniciativas que gerem valor para seu negócio, assegurando sua perenidade.

Para eleger os projetos de investimento, a Companhia estabelece critérios que envolvem: a análise do impacto tanto no âmbito socioambiental quanto no de governança; alinhamento com os objetivos a longo prazo da Companhia; e retorno financeiro, com sustentabilidade financeira e impacto positivo para os stakeholders.

Mudanças climáticas

Diante do cenário das mudanças climáticas, com a ocorrência de chuvas intensas, ondas de calor, enchentes, furacões e até secas prolongadas, somado à impossibilidade de prever esses eventos com exatidão, consideramos tais situações como potenciais impactos que podem afetar direta e indiretamente a Companhia. Um dos impactos possíveis é a redução da disponibilidade de insumos relevantes para fabricação de nossos produtos, essenciais nos mercados em que atuamos e cuja falta impactaria milhões de pessoas. Por ser uma consumidora intensiva de energia elétrica em seu processo produtivo, a Companhia entende que a transição para energia elétrica de fontes eólica e solar no Brasil também é um fator fundamental para contribuir para a menor pegada de carbono de nossos produtos e estender a oportunidade de descarbonização de nossa cadeia de valor.

Os desafios climáticos globais se manifestam através de eventos extremos como enchentes, secas prolongadas, ondas de calor e furacões, cuja imprevisibilidade aumenta a complexidade.

Publicamos os compromissos ASG em 2022, os quais permanecem válidos na data deste Formulário de Referência, e, com relação às mudanças climáticas, as principais metas da Companhia são: reduzir 10% de emissões até 2025 e menos 30% até 2030 (escopos 1 e 2). A Companhia tem, ainda, a ambição de atingir Net Zero em suas operações até 2050. Além disso, migrar para 60% o uso de energia elétrica de fonte renovável até 2025, atingir 65% do volume de produtos fabricados com energia elétrica renovável até 2025, desenvolver soluções sustentáveis nas áreas de energia e emissões, eliminar a utilização de mercúrio nas operações, reduzir em 15% a intensidade do uso de água, com 15% de reuso (ano base 2021) e fabricar 80% do ácido clorídrico com hidrogênio verde, até 2030.

Como empresa com alto consumo de energia elétrica, a Companhia reconhece a importância estratégica da transição para fontes renováveis no Brasil, principalmente eólica e solar, e investimos em soluções inovadoras que aumentam a eficiência e minimizam impactos ambientais.

Buscando mitigar riscos energéticos e assegurar maior previsibilidade nos custos, investimos, mediante *joint ventures*, em dois complexos eólicos – Cajuína (RN) e Tucano (BA) – além de um empreendimento solar em Pirapora (MG). A capacidade instalada conjunta destes parques atinge, na data deste Formulário de Referência, 485 MW, dos quais 159 MW médios são destinados às operações da Unipar no Brasil. Estes empreendimentos, já em funcionamento e em fase de otimização (*learning curve*), representam atualmente cerca de 80% de nossa demanda energética para as operações brasileiras.

Projetos de modernização e expansão

Cubatão

Em novembro de 2024, a Unipar divulgou que seu projeto de modernização e unificação dos processos produtivos da planta de Cubatão foi habilitado para acessar linhas de financiamento do BNDES voltadas ao aumento da eficiência energética e à transição para tecnologias de baixa emissão de carbono. Esta aprovação resultou em um financiamento de R\$ 673 milhões para um projeto que estabelece novos parâmetros para o setor industrial. O aporte financeiro provém do Programa Fundo Clima (que incentiva iniciativas relacionadas à redução da emissão de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas) e do FINEM – Meio Ambiente (Eficiência Energética), direcionado a investimentos em sustentabilidade.

O projeto cumpre a Convenção de Minamata, tratado internacional do qual o Brasil é signatário, que restringe a utilização de mercúrio devido aos danos que este metal causa ao ambiente e à saúde humana. A iniciativa também descontinua o uso do diafragma, tecnologia de baixa eficiência energética. Essa substituição pelo uso exclusivo de membranas na fabricação de cloro e soda, representa um avanço na trajetória sustentável da Unipar.

A modernização da planta prevê a migração para tecnologia de membrana para a produção de cloro e soda até o final de 2025. O projeto, que substituirá as tecnologias de mercúrio e diafragma por uso exclusivo de membrana na produção de cloro e soda cáustica prevê menor consumo de energia, menor geração de resíduos sólidos e redução da emissão de gases de efeito estufa.

Camaçari

A construção de uma nova unidade no Polo Petroquímico de Camaçari (BA), que entrou em operação em dezembro de 2024, busca ampliar a produção de cloro, soda cáustica e hipoclorito de sódio, visando atender à crescente demanda local, impulsionada pelo Marco Legal do Saneamento. A planta, posicionada no complexo industrial, possui capacidade anual para produzir 20 mil toneladas de cloro, 22 mil toneladas de soda cáustica, além de derivados de cloro, como ácido clorídrico e hipoclorito de sódio, o que permite atender às necessidades do mercado de maneira sustentável e eficiente. Este projeto possui tecnologia de

ponta e prevê menor consumo de energia na produção em relação às demais tecnologias em operação, assim como relevância estratégica para a Unipar por fortalecer sua presença no Nordeste.

Iniciativas complementares

- Para apoiar a transição para práticas mais sustentáveis, a Unipar estabeleceu parcerias estratégicas para a geração própria de energia limpa, atendendo às demandas das unidades de Cubatão e Santo André, em São Paulo e Camaçari, na Bahia.
- Balanços hídricos já foram realizados nas unidades produtivas, com planos de ação para gestão eficiente de água, visando mitigar o estresse hídrico.
- A Unipar também é responsável pela preservação de mais de 10 milhões de m² de áreas verdes em torno de suas unidades no Brasil e na Argentina. Sua política de resíduos prioriza a reutilização e a destinação correta, alinhada a diretrizes específicas de sustentabilidade.

O gerenciamento de emissões é monitorado por meio do uso do GHG Protocol, onde as emissões são calculadas com base nos fatores de emissão do IPCC, Fatores Locais de Geração de Energia Elétrica, Consumo de Combustíveis e Energia e produção de fontes industriais. Adicionalmente, os fatores de emissão utilizados e as taxas de potencial de aquecimento global utilizadas são aquelas correspondentes a cada fonte, indicadas no Programa Brasileiro GHG Protocol. As informações dos inventários de gases de efeito estufa calculados com o uso da ferramenta do Programa Brasileiro GHG Protocol com verificação independente que assegura transparência e confiabilidade

Aspectos sociais

Como parte da matriz da materialidade, a Companhia apoia iniciativas em educação, cultura, esportes e ações socioambientais, além de saneamento, com especial foco nas comunidades onde atua, no Brasil e na Argentina.

Em conjunto com o Instituto Unipar, a Companhia apoiou e promoveu 75 projetos relacionados à educação, cultura, esporte, ações sociais e ambientais, além de saneamento, que foram executados no decorrer de 2024. O conjunto de projetos está aderente ao compromisso da companhia com o desenvolvimento humano e saneamento, definido em sua diretriz de sustentabilidade e aderentes à Política de Responsabilidade Social.

Uma das premissas para a seleção dos projetos são as regiões no entorno das operações da empresa para gerar impacto positivo local, bem como o direcionamento de recursos para equipamentos culturais e museus de referência nacional e livros com foco em ações e programas educativos e preservação da história, memória e ciência.

Conselho Comunitário Consultivo (CCC)

O Conselho Comunitário Consultivo (CCC) da Companhia atua como canal essencial de comunicação entre a empresa e as comunidades vizinhas às suas unidades produtivas. Composto por voluntários, este mecanismo estabelece um diálogo transparente que identifica necessidades locais e divulga informações sobre os processos industriais e seus possíveis efeitos. O grupo reúne-se periodicamente para discutir projetos e desenvolve ações voltadas à saúde, segurança, meio ambiente e desenvolvimento comunitário.

O primeiro CCC, implementado em Cubatão, completou 20 anos em 28 de maio de 2024, coincidindo com o 55º aniversário da Unipar. Desde sua criação, as atividades do conselho impactaram mais de 20 mil pessoas. Em 2019, a iniciativa expandiu-se para as unidades de Santo André (SP) e Bahía Blanca (Argentina).

Integrando o pilar de Diálogo com a Comunidade do Programa Atuação Responsável®, os conselhos são formados por moradores dos bairros adjacentes às fábricas e representantes de diversos setores municipais. Em todas as unidades, as áreas de Comunicação coordenam os conselhos, com participação ativa dos setores de Segurança, Meio Ambiente e direção fabril.

Entre as iniciativas realizadas, destaca-se o projeto Bate-Papo nas unidades brasileiras, promovendo encontros com estudantes da rede pública e membros das comunidades para discutir temas como desenvolvimento sustentável e segurança das instalações. O programa incluiu visitas dos conselheiros através do Fábrica Aberta, como parte das ações que visam promover a escuta ativa para solucionar necessidades locais. A agenda anual também contemplou workshops, concurso ambiental, ações sociais, simulados mirins, campanhas de saúde e arrecadação de agasalhos.

Desenvolvimento de Pessoas

Muito também foi feito no âmbito de Equipe e Cultura. Em 2024 e pelo terceiro ano consecutivo, a Unipar renovou o selo GPTW (*Great Place to Work*) e conquistou uma nova certificação, a *Great People Mental Health* (GPMH), assegurando que o ambiente de trabalho e times são emocionalmente saudáveis, o que empodera a cultura de bem-estar promovida na Unipar. A Companhia evoluiu e acredita ter consolidado a sua cultura, agregando Sustentabilidade e Protagonismo aos seus valores, que já incluíam Ética e Credibilidade. A Companhia realizou, ainda, seu primeiro censo de diversidade e inclusão em 2022. A Companhia também formou grupos de engajamento para entender e criar planos de ação para sensibilização e, assim, tratar os desafios inerentes a esse tópico.

Gestão Hídrica

Como parte dos compromissos de sustentabilidade para reduzir o estresse hídrico nas regiões em que a Companhia opera, foram estabelecidas metas para reduzir em 15% a intensidade do uso da água e atingir 15% de reaproveitamento até 2030, considerando 2021 como ano-base. Além disso, desde 2022, a Companhia implementou balanços hídricos detalhados em nossas três unidades produtivas, realizando estudos para economia de água e desenvolvendo planos de ação baseados nas oportunidades identificadas.

A Companhia também cuida dos seus efluentes, que seguem requisitos de descarte em consonância com as regulamentações de cada país e são monitorados diariamente, sendo que para parâmetros como presença de mercúrio, pH, turbidez, contamos com monitoramento online. Os efluentes são auditados regularmente pelas autoridades ambientais de cada país. As plantas de Cubatão e Bahía Blanca lançam seus efluentes em um corpo receptor de águas superficiais, enquanto na unidade de Santo André os efluentes são encaminhados para uma estação de tratamento da concessionária. Em 2023, registramos variações no consumo de nossas unidades produtivas, proporcionais ao volume de produção total, quais sejam: 8% a mais em Santo André (Brasil) e 2% a menos em Bahía Blanca (Argentina).

A Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas desde 2023, e faz parte do Movimento Mais Água, para o avanço nas temáticas de saneamento e uso de água.

Governança Corporativa

A governança corporativa da Unipar é fundamentada nos princípios de ética, transparência e integridade. Esse modelo foi concebido para promover a integração entre a preservação ambiental, o cuidado com as pessoas e a busca por resultados operacionais e financeiros consistentes.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Estatutária, tendo adotado, voluntariamente, boas práticas de governança estabelecidas pela B3. A Unipar conta com um Conselho Fiscal, instalado a pedido dos acionistas, bem como um Comitê de Auditoria e um Comitê de Ética, de funcionamento permanente. Para mais informações sobre a composição desses órgãos, vide itens 7.1 a 7.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia é signatária do Pacto Global Brasil da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2023. Através dessa iniciativa, a Companhia se comprometeu a alinhar nossas operações e estratégia de negócio aos "Dez Princípios Universais", e a contribuir com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em complemento, a Companhia passou a fazer parte do Movimento + Água, também em 2023, uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil. O objetivo da iniciativa é promover ações entre as empresas para que, juntas, possam colaborar no avanço do ODS 6, que traz metas em relação a "Água Potável e Saneamento", buscando impactar 100 milhões de pessoas por meio do acesso ao saneamento e à segurança hídrica. No Brasil, as empresas se comprometem a contribuir para que, no país, 90% do esgoto seja coletado e tratado até 2033.

Os valores constantes nesta Seção 2 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e devem lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e suas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81, em observância aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela CVM e conforme as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS").

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores, contendo declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 deste Formulário de Referência.

A Diretoria revisa regularmente as principais métricas financeiras e de liquidez descritas abaixo para avaliar os negócios da Companhia. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia ("Diretoria") entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua performance operacional, seus *covenants* e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) é calculado a partir do resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156").

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

Em 2024, a Companhia (i) manteve o *rating* corporativo e de suas emissões de debêntures em AA+ (bra) / Fitch Ratings, com perspectiva estável; (ii) realizou o resgate parcial antecipado de debêntures da 5ª e 6ª emissões; (iii) realizou o resgate antecipado da 2ª série da 3ª emissão de notas promissórias e 2ª emissão de notas comerciais; e (iv) realizou a 9ª emissão de debêntures no montante de R\$ 750 milhões.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava dívida líquida consolidada de R\$ 721 milhões, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida era negativa.

Endividamento Consolidado (R\$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Var.
Dívida Bruta	2.306	2.052	12%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.585	2.146	-26%
Dívida Líquida	721	(94)	
Total do Patrimônio Líquido	2.811	2.448	15%
Índice de Alavancagem Financeira	26%	-4%	

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado, calculado conforme a Resolução CVM 156.

Os resultados financeiros consolidados da Unipar são impactados pelos efeitos da inflação na Argentina e variação cambial do peso argentino, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por hiperinflação) e processo de conversão das demonstrações financeiras da Unipar Indupa SAIC (planta de Bahía Blanca) para o real com o câmbio do final do exercício. Por este motivo, a tabela abaixo apresenta, para fins de informações complementares, o EBITDA Ajustado sem estes efeitos.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Var.
Lucro Líquido	557	791	-30%
Imposto de Renda/Contribuição Social	227	374	-39%
Resultado Financeiro Líquido	(159)	(186)	-15%
Depreciação e Amortização	323	248	30%
EBITDA	948	1.227	-23%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>17%</i>	<i>25%</i>	<i>-8 p.p.</i>
<i>Efeito IAS-29 e Variação Cambial Argentina</i>	<i>135</i>	<i>256</i>	<i>47%</i>
EBITDA Ajustado	1.083	1.483	-27%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>21%</i>	<i>27%</i>	<i>-6p.p</i>

O EBITDA Consolidado (calculado de acordo com a Resolução CVM 156), em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 948 milhões, 23% inferior ao observado no exercício de 2023. Além disso, o EBITDA Ajustado chegou a R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 2,88 comparável a 2,32 em 2023, sendo que tal aumento foi decorrente, principalmente, da redução do passivo circulante em função do alongamento de financiamentos via mercado de capitais (debêntures), e o índice de liquidez geral foi de 0,93, no exercício social encerrado em 2023, para 0,82, no mesmo período em 2024.

Índices de Liquidez - Consolidado	2024	2023
Corrente (Ativo circulante / Passivo circulante)	2,88	2,32
Geral (Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,82	0,93

b. estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Estrutura de Capital – Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023
Passivo exigível – capital de terceiros	4.301	3.949
Patrimônio líquido – capital próprio	2.811	2.448
Total do passivo – capital total	7.112	6.397
<i>Exigível / PL</i>	<i>1,53</i>	<i>1,61</i>

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda cáustica, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila ("PVC"), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.585 milhões, sendo R\$ 845 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 740 milhões de aplicações financeiras no curto prazo.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e de captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida bruta aumentou 12% em relação a 31 de dezembro de 2023, devido à 9ª emissão de debêntures no montante de R\$ 750 milhões, o que foi parcialmente compensado pelo resgate parcial antecipado da 5ª e 6ª emissões de debêntures, resgate antecipado de notas comerciais e notas promissórias, além do pagamento de dividendos e alocação de caixa na recompra de ações de emissão da própria Companhia. Em 11 de dezembro de 2024, o *rating* da Companhia foi mantido em AA+(bra) / Fitch Ratings.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico, bem como para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2024 e 2023 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 4.301 milhões e R\$ 3.949 milhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 2.306 milhões e R\$ 2.052 milhões, respectivamente.

Endividamento total

Endividamento (R\$ milhões)	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	Var.
Debêntures	R\$	2.089	1.756	19%
Nota Promissória	R\$	-	271	-
ECA	US\$	48	-	-
Capital de Giro	ARS	1	-	-
BNDES	R\$	14	25	-44%
BNB	R\$	154	-	-
Dívida Bruta		2.306	2.052	12%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, são apresentados os contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia em 31 de dezembro de 2024 com eventuais restrições (*covenants* financeiros):

Empréstimos/ Financiamentos (R\$ milhões)	Moeda	Indexador	Saldo em 31/12/ 2024	Covenants Financeiros
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	7	A Companhia, na qualidade de interveniente anuente, assume a obrigação de manter, os seguintes índices: 1) Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual 0,80x; 2) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x.
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	7	A Companhia, na qualidade de interveniente anuente, assume a obrigação de manter, os seguintes índices: 1) Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual 0,80x; 2) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x.
BNB	R\$	IPCA + 7,77% a.a.	154	Sem <i>covenants</i> financeiros – aporte de fiança bancária como garantia da operação.
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	6	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² seja maior ou igual a 2,00x; (ii) Capex ⁴ e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões,

				enquanto o índice Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² for superior a 2,00x; (b) EBITDA ² /Resultado Financeiro Líquido ³ maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 6 ^a emissão (2 ^a série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	36	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² seja maior ou igual a 2,00x; (ii) Capex ⁴ e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² for superior a 2,00x; (b) EBITDA ² /Resultado Financeiro Líquido ³ maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 7 ^a emissão	R\$	CDI + 1,90% a.a.	510	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de a Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² seja maior ou igual a 2,00x; (ii) Capex ⁴ e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice a Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² for superior a 2,00x. (b) EBITDA ² /Resultado Financeiro Líquido ³ maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 8 ^a emissão	R\$	CDI + 2,05% a.a.	765	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 2,50x até a quitação das demais emissões públicas de valores mobiliários realizadas pela Companhia e Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x após a quitação das dívidas existentes ou caso a Companhia tenha obtido a renúncia ou perdão temporário dos respectivos credores das dívidas existentes em relação aos índices financeiros previstos nas demais emissões.
Debêntures – 9 ^a	R\$	CDI + 0,85%	298	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou

emissão 1ª série		a.a.		igual a 2,50x até a quitação das demais emissões públicas de valores mobiliários realizadas pela Companhia e Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x após a quitação das dívidas existentes ou caso a Companhia tenha obtido a renúncia ou perdão temporário dos respectivos credores das dívidas existentes em relação aos índices financeiros previstos nas demais emissões.
Debêntures – 9ª emissão 2ª série	R\$	CDI + 1,20% a.a.	190	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 2,50x até a quitação das demais emissões públicas de valores mobiliários realizadas pela Companhia e, a Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x após a quitação das dívidas existentes ou caso a Companhia tenha obtido a renúncia ou perdão temporário dos respectivos credores das dívidas existentes em relação aos índices financeiros previstos nas demais emissões.
Debêntures – 9ª emissão 3ª série	R\$	CDI + 1,65% a.a.	283	(a) Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 2,50x até a quitação das demais emissões públicas de valores mobiliários realizadas pela Companhia e, a Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x após a quitação das dívidas existentes ou caso a Companhia tenha obtido a renúncia ou perdão temporário dos respectivos credores das dívidas existentes em relação aos índices financeiros previstos nas demais emissões.
ECA	US%	SOFR + 1,15% a.a	48	Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² menor ou igual a 3,00x; (i) Restrição para contrair qualquer endividamento se, na data da contratação e após considerar os efeitos da transação não mantiver a Dívida Líquida ¹ /EBITDA ² maior ou igual a 3,0x;

caso a Companhia tenha emitido títulos de dívida pública e esteja obrigado por outro contrato a um índice de alavancagem mais restritivo, a Dívida Líquida¹/EBITDA² será automaticamente reduzido para se adequar ao índice mais restritivo.

¹ "Dívida Líquida": somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia e de suas controladas e coligadas que sejam consolidadas em seu balanço, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, operações de derivativos, incluindo contratos de hedge e/ou quaisquer outros contratos de derivativos, excluindo efeitos temporais de marcação a mercado, menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

² EBITDA, significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao lucro operacional do período, acrescido (i) das despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluído (x) receitas não operacionais e (y) receitas financeiras.

Para a 8ª e 9ª emissão de debêntures e para o contrato de financiamento via ECA (Export Credit Agency), na hipótese de inclusão no cálculo da Dívida Líquida, mencionada acima, da dívida consolidada de sociedade adquirida relativa ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de cálculo, deverá ser incluído no cálculo do EBITDA em questão, o EBITDA da respectiva sociedade adquirida também relativo ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de cálculo, sem que haja duplicidade de tais valores e desde que a Companhia detenha controle direto ou indireto da respectiva sociedade adquirida

³ Resultado Financeiro Líquido: a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras líquidas consolidadas da Companhia, sendo que o Resultado Financeiro Líquido será apurado em módulo, se for negativo, e, caso seja positivo, o Resultado Financeiro Líquido não será calculado.

⁴ "Capex": Capital investido em ativo permanente (imobilizado, investimentos e diferido) no período de apuração

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos abaixo, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas na tabela.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante o último exercício social, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei das S.A.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* financeiros dos empréstimos relevantes em 31 de dezembro de 2024 são apresentados no quadro acima do item (i), sendo referentes a Dívida Líquida/EBITDA, Capex, distribuição de dividendos, Resultado Financeiro/EBITDA e novas aquisições. A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* financeiros do item (i) acima acarreta o vencimento antecipado não automático das dívidas. Em 31 de dezembro de 2024, o índice Dívida Líquida/EBITDA era de 0,76x, e o EBITDA/Resultado Financeiro Líquido de 5,96x.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures e os empréstimos tomados pela Companhia possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Vale ressaltar, ainda, que 91% do endividamento relevante da Companhia, representado pelas debêntures divulgadas no item 2.1(f)(i) acima, possui cláusula de vencimento antecipado e inadimplemento cruzado (*cross-default* ou *cross-acceleration*). Tais contratos também possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de eventual descumprimento de *covenants* por empresas controladas da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com os compromissos assumidos nos contratos aqui referidos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 25 de novembro de 2024, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado referente à aprovação, pelo BNDES, de financiamento para o projeto de modernização tecnológica na fábrica de Cubatão, a ser concluído até final de 2025. O projeto, que substituirá as tecnologias de mercúrio e diafragma por uso exclusivo de membrana na produção de cloro e soda cáustica, foi enquadrado nas linhas de crédito do BNDES destinadas a impulsionar a eficiência energética e a transição energética para tecnologias de baixo carbono, no âmbito da Indústria Verde e adequadas ao Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis com Fundo Clima e FINEM - Meio Ambiente em consonância à ISO 14064-2. O Programa Fundo Clima – que presta apoio a projetos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima – permitirá à Companhia acessar a linha de crédito de até R\$ 400 milhões com prazo de 16 anos e taxa de juros de 7,53% a.a. (pré-fixada). O FINEM – Meio Ambiente (Eficiência Energética), destinado a investimentos em sustentabilidade, permitirá o acesso à linha de crédito de até R\$ 273 milhões com prazo de 20 anos e taxa de juros de TLP+1,1% a.a. Até 31 de dezembro de 2024, ambas linhas ainda não haviam sido desembolsadas, restando 100% do montante contratado. Em janeiro de 2025 foi emitida a fiança bancária no valor de R\$ 673 milhões como garantia do financiamento. O processo de comprovações financeiras para o primeiro desembolso já foi iniciado.

Além dos financiamentos do BNDES, e, também, conforme divulgado ao mercado em 25 de novembro de 2024, o projeto de modernização da fábrica de Cubatão também obteve financiamento contratado via ECA (*Export Credit Agency*) com a Euler Hermes no valor de US\$ 42 milhões pelo prazo de 12 anos. Em 31 de dezembro de 2024, ainda estavam disponíveis para utilização pela Companhia US\$ 33 milhões, correspondente a 78% do montante contratado.

Em 2024, o Banco do Nordeste (“BNB”) aprovou financiamento de R\$ 203 milhões para a nova planta instalada no município de Camaçari/BA, dos quais, em 31 de dezembro de 2024, ainda restam R\$ 49 milhões para liberação, correspondente a 24% do montante contratado.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Demonstrações dos Resultados – Consolidado (R\$ mil)	2024	AV	2023	AV	AH
Receita operacional líquida	5.431.501	100%	4.897.288	100%	11%
Custo dos produtos vendidos	(3.958.900)	73%	(3.199.994)	65%	24%
Lucro bruto	1.472.601	27%	1.697.294	35%	-13%
Despesas com vendas	(270.857)	5%	(227.927)	5%	19%
Despesas administrativas	(556.901)	10%	(445.956)	9%	25%
Resultado de equivalência patrimonial	(29.553)	1%	13.501	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.729	-	(57.278)	1%	-
Lucro antes do resultado financeiro, ir e contribuição social	625.019	12%	979.634	20%	-36%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	159.025	3%	185.827	4%	-14%
Receitas financeiras	616.500	11%	356.608	7%	73%
Despesas financeiras	(457.475)	8%	(170.781)	-3%	167%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	784.044	14%	1.165.461	24%	-33%
Imposto de renda e contribuição social (corrente) diferido	(226.926)	4%	(374.188)	8%	-39%
Lucro líquido do período	557.118	10%	791.273	16%	-30%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Os resultados financeiros consolidados da Companhia são impactados pelos efeitos da inflação na Argentina e variação cambial do peso argentino, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por hiperinflação) e processo de conversão das demonstrações financeiras da Unipar Indupa SAIC (planta de Bahía Blanca) para o real com o câmbio do final do exercício.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada, em 2024, atingiu R\$ 5.431 milhões, 11% acima de 2023, influenciada positivamente pelo maior volume de vendas no Brasil e desvalorização cambial no Brasil, mas negativamente pela redução nos preços internacionais e menor volume de vendas na Argentina.

Custo dos produtos vendidos (“CPV”)

O CPV foi R\$ 3.959 milhões, 24% superior ao registrado em 2023, devido a aumentos nos preços das matérias-primas e efeitos adversos da desvalorização cambial no Brasil, tendo afetado, principalmente, o etileno e o sal.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas consolidadas somaram R\$ 271 milhões, 19% acima do observado para o exercício de 2023, período no qual se registrou um montante de R\$ 228 milhões, em função de alterações nos valores de frete.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 557 milhões, em um patamar 25% superior ao observado no exercício de 2023. O aumento das despesas gerais e administrativas é atribuído, principalmente, a despesas com consultorias jurídicas e estratégicas e provisão de PLR.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas consolidadas corresponderam a uma receita de R\$ 10 milhões em 2024, em comparação com uma despesa de R\$ 57 milhões em 2023, influenciadas por eventos não recorrentes, tais como: (i) reversão da provisão do CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), embasada por parecer jurídico independente, e (ii) compensação operacional recebida em renúncia de direito de preferência de investida, parcialmente compensadas por despesas com estudos de expansão e despesas com reestruturação organizacional.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban, Tucano Holdings III, Lar do Sol e Veleiros foi negativo em R\$ 30 milhões em 2024, em comparação a um resultado positivo de R\$ 13 milhões em 2023.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado foi positivo em R\$ 160 milhões em 2024, em comparação a um resultado positivo de R\$ 186 milhões em 2023, decorrente, principalmente de ganhos cambiais com ativos financeiros e efeito positivo da aplicação do IAS 29.

Lucro líquido

Em 2024, o lucro líquido ficou em R\$ 557 milhões, 30% inferior a 2023, no qual foi de R\$ 791 milhões, devido, principalmente, aos efeitos do ciclo de baixa petroquímico nas margens dos produtos comercializados pela Companhia ao longo do ano.

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	2024	2023	Var.
Caixa líquido nas atividades operacionais	693	1.065	-35%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(623)	(208)	200%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(558)	159	-
Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	(10)	(75)	-87%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(498)	941	-

Atividades operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 693 milhões, sendo 35% inferior ao R\$ 1.065 milhões do ano de 2023, e decorrente,

principalmente, pelos efeitos dos preços internacionais de referência decorrente do ciclo de baixa do setor petroquímico.

Atividades de investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 623 milhões, apresentando um aumento de 200% em relação ao caixa líquido negativo de 2023, decorrente, principalmente, dos investimentos realizados na construção da nova planta de Camaçari/BA e, especialmente do início do projeto de modernização da planta de Cubatão/SP.

Atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2024, houve saída líquida de R\$ 558 milhões devido, principalmente, à amortização de empréstimos e debêntures, resgates antecipados de debêntures, notas comerciais e notas promissórias, parcialmente compensado pela captação de recursos através da 9ª emissão de debêntures. Destaca-se que, no ano anterior, houve desembolso de dividendos e recompra de ações no montante de R\$ 346 milhões, enquanto, em 2024, este montante foi de R\$ 501 milhões.

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de quatro plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil), Camaçari (BA-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados, operando em um único segmento operacional.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	2024		2023	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC	5.431	100,0%	4.897	100%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 2.1 do Formulário de Referência, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia no último exercício social foram, principalmente, redução do volume de vendas e queda dos preços internacionais de referência dos produtos vendidos. Os resultados financeiros consolidados da Companhia também são impactados pelos efeitos da inflação na Argentina e variação cambial do peso argentino, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por inflação) e demonstração financeira da planta de Bahía Blanca convertido para o real com o câmbio do final do exercício.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas. Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação. Aproximadamente 80% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), parte dos custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, insumo primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólar norte-americano. Sendo assim, pode

haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira, assim como no sal, em menor escala. Cerca de 35% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme demonstrado no item 2.1 deste Formulário de Referência. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa.

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no último exercício social, assim como não houve efeitos significativos nas informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 como resultado de alteração de práticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer do auditor às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 não apresentou opiniões modificadas ou ênfases.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Recorrente e Margem EBITDA Ajustada Recorrente

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no resultado antes dos tributos, acrescido das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela Receita operacional líquida. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e a Margem EBITDA Ajustada Recorrente são utilizados como medidas práticas de desempenho pela administração da Companhia, razão pela qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada e EBITDA Ajustado Recorrente e Margem EBITDA Ajustada Recorrente não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e a Margem EBITDA Ajustada Recorrente não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com título semelhante fornecido por outra companhia.

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA, tomando como base o EBITDA consolidado calculado conforme a Resolução CVM 156.

Os resultados financeiros consolidados da Companhia são impactados pelos efeitos da inflação na Argentina e variação cambial do peso argentino, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por hiperinflação) e processo de conversão das demonstrações financeiras da Unipar Indupa SAIC (planta de Bahía Blanca) para o real com o câmbio do final do exercício. Por este motivo, a tabela abaixo apresenta, para fins de informações complementares, o EBITDA Ajustado sem estes efeitos.

Os números ajustados recorrentes, além dos efeitos contábeis acima citados, excluem a reversão da provisão do CDE, a compensação operacional de investida e as despesas com reestruturação organizacional.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Var.
EBITDA	948	1.227	-23%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>17%</i>	<i>25%</i>	<i>-8 p.p.</i>
<i>Efeito IAS-29 e Variação Cambial Argentina</i>	<i>135</i>	<i>256</i>	<i>-</i>
EBITDA Ajustado	1.083	1.483	-27%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>21%</i>	<i>27%</i>	<i>-6 p.p.</i>
EBITDA Ajustado Recorrente	953	1.483	-36%
<i>Margem EBITDA Ajustada Recorrente</i>	<i>19%</i>	<i>27%</i>	<i>-8 p.p.</i>

O EBITDA (calculado de acordo com a Resolução CVM 156), em 2024, foi de R\$ 948 milhões, 23% inferior ao observado em 2023, decorrente dos resultados operacionais no período, impactados pela atual conjuntura do setor químico e forte concorrência com importações, parcialmente compensado pelos eventos não recorrentes positivos no período. O EBITDA Ajustado, excluindo-se os efeitos da inflação e desvalorização cambial na Argentina, foi de R\$ 1.083 milhões, com queda de 27% em relação a 2023.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA, da Margem EBITDA Ajustada, do EBITDA Ajustado Recorrente e da Margem EBITDA Ajustada Recorrente:

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Var.
Lucro Líquido	557	791	-30%
Imposto de Renda/Contribuição Social	227	374	-39%
Resultado Financeiro Líquido	(159)	(186)	-15%
Depreciação e Amortização	323	248	30%
EBITDA	948	1.227	-23%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>17%</i>	<i>25%</i>	<i>-8 p.p.</i>
<i>Efeito IAS-29 e Variação Cambial Argentina</i>	<i>135</i>	<i>256</i>	<i>-</i>
EBITDA Ajustado	1.083	1.483	-27%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>21%</i>	<i>27%</i>	<i>-6 p.p.</i>
<i>Efeitos não recorrentes⁽¹⁾</i>	<i>130</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
EBITDA Ajustado Recorrente	953	1.483	-36%
<i>EBITDA Ajustada Recorrente</i>	<i>19%</i>	<i>27%</i>	<i>-8 p.p.</i>

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e a Margem EBITDA Ajustada Recorrente são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e a Margem EBITDA Ajustada Recorrente são indicadores adicionais às demonstrações financeiras. No entanto, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e a Margem EBITDA Ajustada Recorrente não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Dessa forma, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e

a Margem EBITDA Ajustada Recorrente não devem ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada, o EBITDA Ajustado Recorrente e a Margem EBITDA Ajustada Recorrente não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com título semelhante fornecido por outras companhias.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº 105/2022:

Em 21 de janeiro de 2025 foi emitida a fiança bancária no valor de R\$ 672.997 mil como garantia do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social "BNDES", financiamento destinado ao projeto Phase Out na unidade industrial de Cubatão-SP.

Em 31 de janeiro de 2025, houve a captação de R\$ 48.580 mil referente a segunda liberação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil "BNB", financiamento destinado ao projeto de construção da unidade industrial localizada em Camaçari-BA.

Em 13 de março de 2025, foi aprovado em reunião do conselho de Administração a proposta de dividendos no montante de R\$ 250.000 mil. Esta distribuição contribui para regularização das reservas de lucros da Companhia que ficou acima de seu capital social em 31 de dezembro 2024.

<p>a. Regras sobre retenção de lucros</p>	<p>A Companhia adota como política de retenção de lucros as previsões contidas em sua Política de Destinação de Resultados aprovada em 31 de julho de 2019, seu estatuto social e na Lei das S.A., autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.</p> <p>A Companhia prevê a seguinte destinação para o seu lucro do exercício: (i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais; (ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido; (iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe "A", dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária (v) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos; e (vi) o saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos.</p>
<p>a.i. Valores das Retenções de Lucros</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido de R\$ 555.596.375,35 foi destinado da seguinte forma: R\$ 27.779.818,77 foram destinados à reserva legal, R\$ 27.779.818,77 foram destinados à reserva especial de dividendos, e R\$ 263.030.259,36 foram destinados à reserva de investimentos.</p>
<p>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Reserva legal: 5,0% Reserva especial de dividendos: 5,0% Reserva de investimentos: 47,3%</p>
<p>b. Regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A. deve ser anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe "A" tem direito a dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação; e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe "B" tem prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.</p>
<p>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>A política de distribuição de dividendos da Companhia garante aos acionistas a distribuição anual de dividendos, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base no balanço semestral e (ii) com base em balanços levantados em períodos menores.</p>
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo estatuto social da Companhia, não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou</p>

judiciais, administrativas ou arbitrais	decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2019. A política está disponível no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.unipar.com).

- a. **os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao último exercício social.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla a implantação de projetos voltados à continuidade, manutenção e eficiência operacional, que incluem ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental, saúde ocupacional e projetos sociais relacionados.

Em setembro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado em 25 de setembro de 2023, foi aprovado o Projeto de *Phase Out* das Tecnologias de Diafragma e de Mercúrio relativo à Planta de Cubatão/SP, a ser realizado até 2025. O projeto tem por objetivo adequar as atividades da Companhia em território brasileiro à Convenção de Minamata sobre Mercúrio, que foi ratificada pelo Brasil em agosto de 2017 e estabeleceu o mês de dezembro de 2025 como prazo mandatório para término de processos de manufatura de cloro/soda nos quais mercúrio ou compostos de mercúrio sejam utilizados. Por meio deste projeto e simultaneamente à substituição das células de mercúrio supracitadas, a Companhia substituirá também o processo de produção de cloro/soda via células de diafragma, ambas pela tecnologia membrana "Zero Gap", o que implicará na modernização e unificação do processo de produção de cloro/soda na planta industrial de Cubatão.

Em 2022, conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 5 de junho e 14 de setembro de 2022, se iniciou o projeto de implementação de uma planta de produção de cloro/soda e derivados no Polo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia, construído em modelo *greenfield*, com capacidade de produção de 20 mil toneladas de cloro e 22 mil toneladas de soda cáustica ao ano. A nova planta entrou em operação no mês de dezembro de 2024 e se encontra em período de avanço gradual da utilização.

Em 2024, o projeto de investimento na ampliação da produção do PVC-emulsão (+6 kta) na planta de Santo André/SP recebeu aprovação de benefício do REIQ (Regime Especial da Indústria Química) do Governo Federal que beneficia centrais petroquímicas e indústrias químicas que se comprometerem a ampliar sua capacidade instalada ou a instalar novas plantas. A ampliação tem previsão de conclusão no 2º semestre de 2025.

Os 3 complexos de parceria para geração e fornecimento de energia de matriz limpa com o propósito de fornecimento de energia para as plantas no Brasil que tiveram início em 2019 estão em operação e fornecendo energia para as plantas do Brasil. Ao final de 2024, as plantas chegaram ao nível máximo de 66% de energia autoproduzida consumida na produção.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são a geração de caixa operacional e capital de terceiros, por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos em seu plano de negócios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, a Companhia apresentou, pela primeira vez, sua Estratégia de Sustentabilidade, que englobou compromissos entre 2025 e 2030 e ambições até 2050, após a realização de sua Matriz de Materialidade e divulgação do primeiro Relatório de Sustentabilidade.

Tais compromissos e ambições estão diretamente ligados aos projetos mencionados no item (i), como:

- Redução de emissão de gás carbônico;
- Aumento no percentual de utilização de energia elétrica de matriz limpa e renovável;
- Eliminação da utilização de mercúrio no processo de produção de cloro/soda cáustica;
- Redução na intensidade do uso de água com aumento no reuso de água;
- Aumento no percentual de ácido clorídrico produzido com hidrogênio verde; e
- Compromisso com a gestão de zero acidentes e incidentes operacionais.

A Companhia esclarece que em 2024 não ocorreram outros fatores (tais como despesas com publicidade, patrocínios e convênio) que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, reputação, e/ou liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem lhe afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão lhe afetar adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

(a) Emissor

Crises econômicas e políticas no Brasil, na Argentina ou mundiais, podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

Incertezas no cenário político brasileiro, argentino ou global podem provocar alta volatilidade nos mercados, impactando os resultados de curto prazo, e geram incertezas quanto ao comportamento futuro da economia, impedindo a melhor utilização dos ativos e inibindo os investimentos. Vários aspectos podem afetar o resultado da Companhia: crescimento econômico, inflação, nível de renda e emprego, taxa de juros, câmbio, política fiscal, disponibilidade de mão de obra qualificada, infraestrutura deficiente, liquidez nos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, entre outros.

Além disso, as medidas do governo argentino com relação à economia, inclusive as decisões relativas à inflação, a taxa de juros, controle de preços, controles cambiais e impostos, tiveram e ainda podem ter um efeito adverso significativo sobre o setor privado. As condições econômicas da Argentina deterioraram-se rapidamente no passado.

A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e

macroeconômicos argentinos e brasileiros em seus negócios. Além disso, há muita incerteza quanto às políticas econômicas vigentes e a serem implementadas em tais países e/ou globalmente.

Dessa forma, a Companhia não pode prever quais políticas ou medidas econômicas serão adotadas pelos governos argentino e brasileiro, se e como poderão afetar negativamente as economias daqueles países e, conseqüentemente, os negócios da Companhia ou sua condição financeira.

A diminuição das tarifas de importação de soda cáustica e PVC pode reduzir a competitividade da Companhia perante os produtos importados e, portanto, afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Os preços finais pagos pelos importadores de soda cáustica e PVC incluem tarifas de importação e, no caso do PVC, também tarifas *antidumping* para o produto originário da China e dos Estados Unidos da América. Conseqüentemente, qualquer mudança nessas tarifas que forem determinadas pelo Governo Federal pode exercer influência sobre os preços praticados no mercado local. A negociação de acordos comerciais e de livre comércio conduzida pelo Governo Federal pode vir a acarretar diminuições nas tarifas brasileiras incidentes sobre as importações de produtos químicos e, conseqüentemente, reduzir a competitividade dos produtos da Companhia em relação aos produtos importados, impactando negativamente seus resultados operacionais.

Alterações na capacidade de geração de caixa pode causar um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Qualquer alteração na capacidade de geração de caixa da Companhia e suas controladas por meio das atividades por elas desempenhadas pode causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, impactando a sua capacidade de declarar dividendos e honrar com suas obrigações, dentre elas, as obrigações financeiras. Alguns dos principais fatores que podem alterar a capacidade de geração de caixa são mencionados nos subitens de fornecedores e clientes desta Seção 4. Para mais informações sobre os riscos climáticos que poderão impactar a capacidade de geração de caixa da Companhia, vide o fator de risco "*Eventos climáticos e desastres naturais podem afetar de forma adversa as operações da Companhia*" abaixo.

A capacidade de geração de caixa da Companhia também pode ser afetada por seus investimentos imobilizados, bem como pela realização de eventuais aquisições. Caso esse tipo de investimento e/ou aquisição não seja bem-sucedida, a Companhia pode enfrentar efeitos adversos em suas operações e em seus resultados.

A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia de negócios.

A habilidade da Companhia de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de sua estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais sua capacidade de:

- proteger e fortalecer suas marcas, qualidade e inovação de seus produtos;
- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em seus mercados atuais e identificar com

êxito oportunidades em novos mercados;

- desenvolver com êxito novos projetos e identificar novas tecnologias para esse fim;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e
- gerar valor aos seus acionistas e demais *stakeholders*.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto no desenvolvimento da estratégia de negócios da Companhia poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital para investimento em capital de giro e capital fixo, o que poderá vir a impactar negativamente seus negócios e resultados.

Além do capital próprio e dos recursos gerados nas operações correntes, a Companhia poderá necessitar de novos recursos para seu plano de investimentos, considerando as opções de financiamento disponíveis no mercado. Entretanto, não é possível assegurar que (i) tais recursos estarão disponíveis no futuro, (ii) os custos desses recursos serão compatíveis com o retorno esperado do negócio ou (iii) os termos e condições para contratação desses recursos serão razoáveis e em linha com aqueles atualmente contratados pela Companhia, o que pode restringir o crescimento e desenvolvimento de suas atividades.

Investimentos já realizados ou a serem realizados pela Companhia podem se provar mal sucedidos, impactando adversamente seus negócios e operações.

A Companhia está sujeita a riscos quando da realização de aquisições, dentre os quais cabe citar:

- O desempenho do ativo adquirido não alcançar o resultado esperado;
- Dificuldade em manter pessoas essenciais das empresas adquiridas;
- Ocorrência de passivo oculto;
- Implicações relacionadas à defesa da concorrência; e
- Dificuldade em materializar as sinergias e/ou economias de escala esperada.

Uma aquisição mal sucedida possivelmente não concretizará as previsões de sinergia de custos, crescimento de receita e níveis de integração da Companhia, podendo resultar em rentabilidade abaixo da esperada ou, até mesmo, prejuízo.

Além disso, a Companhia pode fazer investimentos e/ou parcerias estratégicas que poderão gerar contingências não previstas, sem qualquer garantia de sucesso no tempo esperado, podendo ainda sofrer multas, sanções ou restrições de órgãos reguladores, mesmo que as tenha feito de forma legal e transparente.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e imagem da Companhia.

A Companhia é e poderá ser, no futuro, ré em uma série de processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relacionados a questões cíveis, criminais, ambientais, trabalhistas, administrativas, tributárias, dentre outras. Não é possível garantir que esses processos serão decididos em favor da Companhia ou, ainda, se terão provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos, em caso de desfecho desfavorável, a Companhia pode ser compelida a realizar depósitos judiciais ou oferecer garantias em tais processos, o que poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Da mesma forma, administradores e acionistas controladores da Companhia podem vir a ser partes, ser mencionados ou chamados para depor em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia ou afetando sua reputação e condição financeira direta ou indiretamente, inclusive levando à incapacidade da Companhia de obter benefícios fiscais e contratar com o Poder Público.

O envolvimento da Companhia ou de seus administradores em investigações, processos ou decisões contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos negócios da Companhia como inicialmente planejados, podem causar um efeito adverso relevante, impactando negativamente os resultados financeiros, operacionais e a imagem da Companhia.

As apólices de seguros contratadas podem não ser suficientes para cobrir integralmente potenciais gastos que a Companhia possa vir a incorrer, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

As operações das indústrias de produtos químicos estão sujeitas a eventuais acidentes e prejuízos decorrentes de incêndios, explosões, vazamento de produtos e insumos, catástrofes naturais, dentre outros. Neste contexto, as apólices de seguros contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir integralmente potenciais gastos que venha a incorrer com qualquer tipo de sinistro, exercendo reflexo negativo relevante na situação patrimonial da Companhia, assim como a Companhia pode ser obrigada a arcar com custos de natureza indenizatória ou de reconstrução para depois buscar recuperação dos valores junto às seguradoras. Ainda, existem certos tipos de riscos que não estão cobertos pelas apólices, tais como guerra, força maior ou certas interrupções de negócios, inclusive em decorrência de pandemias.

Além disso, não é possível garantir que a Companhia manterá as apólices de seguro contratadas, nem que estas serão suficientes e/ou adequadas em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos, ou quando as apólices de seguro atuais da Companhia expirarem, que poderá renová-las em termos favoráveis e suficientes, nem que conseguirá contratar com as mesmas empresas seguradoras atualmente contratadas. Sinistros que não são cobertos pelas apólices ou a incapacidade de renovar as suas apólices de seguro podem afetar a Companhia adversa e substancialmente.

A Companhia pode não conseguir atender às cláusulas restritivas (covenants) de seus contratos de

empréstimos e financiamentos, o que poderá vir a impactar negativa sua condição financeira e negócios.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) decorrentes de seus contratos de empréstimos e financiamentos vinculadas a indicadores financeiros. Caso a Companhia não seja capaz de atender ou renegociar de maneira favorável os *covenants* financeiros estabelecidos com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios poderá estar sujeita ao vencimento antecipado de suas dívidas e ter acesso limitado a novas linhas de financiamento, afetando adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, o inadimplemento ou vencimento antecipado de seus contratos de empréstimos e financiamentos pode resultar em inadimplemento ou vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia que contiverem disposições nesse sentido nos referidos contratos financeiros (*cross-default* e *cross-acceleration*). Caso isso ocorra, a condição financeira da Companhia pode ser adversamente impactada. Para mais informações sobre os contratos de empréstimo e financiamento e os respectivos *covenants*, vide itens 2.1.f e 12.3 deste Formulário de Referência.

Os custos e despesas da Companhia com colaboradores podem ser aumentados em decorrência de negociações com sindicatos de trabalhadores, o que poderá vir a impactar os resultados operacionais da Companhia. Além disso, uma paralisação ou greve significativa da sua força de trabalho pode afetar as suas operações.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Nesse sentido, as despesas e custos com pessoal estão sujeitas, além das flutuações da demanda e oferta do mercado de mão de obra, a negociações contínuas de salários e condições de trabalho com os sindicatos que podem resultar em aumentos reais de custos e/ou restrições operacionais para a Companhia.

Além disso, greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das instalações da Companhia, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos seus fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre as operações e negócios da Companhia.

Falhas nos sistemas de informação podem afetar adversamente o desempenho da Companhia, bem como prejudicar sua reputação e marca.

As operações da Companhia têm grande dependência do correto funcionamento dos seus sistemas de tecnologia da informação para o registro das vendas, do controle de custos, movimentação de estoques, registro de contas a pagar e a receber, entre outros. Qualquer falha significativa nos sistemas da Companhia, incluindo falhas que impeçam seu funcionamento adequado, pode causar erros de transação, ineficiências de processos e perdas de clientes e vendas, resultando em consequências negativas para funcionários e parceiros comerciais, além de um impacto negativo e adverso nas operações, reputação e desempenho da Companhia.

Qualquer comprometimento de segurança poderá prejudicar a reputação e a marca da Companhia e expô-la a situações de litígio, nas quais poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando negativamente o negócio e os resultados das suas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções nas operações da Companhia.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e de implementar medidas de remediação podem ser significativos e não estarem cobertos, total ou parcialmente, pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia.

A perda de membros da alta administração e/ou a incapacidade de atrair e reter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade da administração e de outros empregados-chave. A perda dos membros da alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e, conseqüentemente, resultados operacionais e financeiros da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, poderá não conseguir atrair e reter novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, gestão, tecnologia da informação, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais empregados altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, não é possível garantir que a Companhia terá capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, conseqüentemente, seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro para implementar sua estratégia de negócios, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar na diluição da participação do investidor em seu capital social.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais no futuro para implementar sua estratégia de negócios e pode optar por obtê-los por meio de uma distribuição pública ou privada de títulos de dívida conversíveis, ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. Tais captações podem resultar em alteração no preço das ações e na diluição de investidores no capital social da Companhia.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias, inclusive pelo aumento nas taxas de juros, pode restringir o crescimento e desenvolvimento das atividades da Companhia, o que pode vir a prejudicar sua situação financeira e resultados operacionais e, conseqüentemente, o preço de seus valores mobiliários.

A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores no capital social da Companhia.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia conta com acionistas controladores, cujos interesses poderão divergir dos demais acionistas.

Os acionistas controladores têm poderes para, dentre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de determinadas deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, financiamentos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Além disso, os acionistas da Companhia podem vir a ser partes, ser mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais que não tenham relação com a Companhia, porém cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente e especialmente caso sejam condenados em processos de natureza criminal. Para mais informações, vide o fator de risco "*Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e imagem da Companhia*" acima.

Adicionalmente, uma eventual ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto, titular de 50% mais uma ação do capital votante, poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, propiciando o surgimento de conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de referido acionista ou grupo de acionistas, inclusive dificultando a obtenção do quórum mínimo exigido por lei e/ou pelo estatuto social da Companhia para determinadas deliberações. Para mais informações acerca dos acionistas controladores da Companhia, veja o item 6 deste Formulário de Referência.

Investigações conduzidas por autoridades públicas com relação a gestões passadas da Companhia podem afetá-la adversamente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte em investigações conduzidas por autoridades públicas sobre gestões passadas. Entretanto, vale ressaltar que a Companhia foi informada pelos advogados do controlador indireto, Sr. Frank Geyer Abubakir, da existência de acordo celebrado entre ele e o Ministério Público Federal, em 9 de novembro de 2015, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 29 de março de 2016, pelo qual o Ministério Público Federal se comprometeu inclusive, a não instaurar inquérito civil ou propor ações cíveis ou de improbidade administrativa em face de referido controlador ou de suas empresas, exceto em caso de rescisão imputável ao controlador indireto.

(c) Suas controladas e coligadas

A Companhia depende da distribuição de dividendos de suas controladas e pode ser afetada adversamente caso suas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

A Companhia é controladora de sociedades que desenvolvem atividades específicas. A capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas também está relacionada ao fluxo de caixa e lucros de suas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares aos quais a Companhia está sujeita, tais como a retirada de caixa de outros países, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das controladas da Companhia serão positivos, o que pode afetar o resultado e o valor das ações emitidas pela Companhia.

(d) Seus administradores

A Companhia pode não ser capaz de evitar que membros de sua administração e/ou empregados-chave atuem em situações contrárias às práticas de governança corporativa da Companhia e à legislação aplicável, bem como aos padrões éticos, o que pode impactar de maneira adversa a Companhia.

A Companhia está sujeita a normas relacionadas à governança corporativa pela legislação aplicável, incluindo aquela editada pela Comissão de Valores Mobiliários, e, também, a políticas estipuladas pela própria Companhia para melhor funcionamento de suas atividades e controles internos.

Caso os membros da administração e/ou empregados-chave da Companhia descumpram tais requisitos de governança corporativa ou caso a Companhia não seja capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de realizar suas atividades cotidianas da forma mais eficiente possível, e, dessa forma, a falha ou a ineficácia na governança corporativa da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, os procedimentos de compliance e controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte dos membros de sua administração, bem como de empregados-chave.

(e) Seus fornecedores

Interrupções ou restrições no fornecimento, ou mesmo a volatilidade de preços, de determinados insumos básicos utilizados na produção da Companhia podem afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia são etileno, energia elétrica, sal, água, gás natural e vapor, que representam conjuntamente cerca de 90% dos custos variáveis consolidados da Companhia.

Alguns insumos utilizados são importados ou adquiridos de determinados fornecedores, a exemplo do etileno, o qual é adquirido da Braskem e da Dow Química pela Companhia e suas controladas, de modo que eventuais interrupções ou restrições de fornecimento podem afetar a sua produção e, conseqüentemente, os seus resultados operacionais e financeiros.

Devido à volatilidade dos preços no mercado, o aumento do valor dos insumos básicos de produção pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando sua competitividade e seu resultado, tendo em vista que incrementos significativos nos preços de aquisição de energia elétrica e encargos incidentes sobre os mesmos podem afetar desfavoravelmente as margens operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada por obrigações trabalhistas, previdenciárias e ambientais de fornecedores terceirizados.

A Companhia não pode garantir que os fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão essas práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos.

A Companhia celebra diversos contratos de prestação de serviços tais como limpeza, vigilância, assessoria jurídica, entre outros. Em conformidade com as leis trabalhistas, se os prestadores de serviços terceirizados que prestam serviços para a Companhia não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, a Companhia pode ser considerada responsável subsidiária e/ou solidária por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos destas verbas e outras sanções que podem afetar a Companhia substancialmente e negativamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços dentro das suas instalações, o que pode afetar adversamente a imagem e negócios da Companhia.

Além disso, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

O envolvimento de fornecedores da Companhia com práticas irregulares, pode prejudicar sua reputação e, como consequência, a percepção dos consumidores em relação à Companhia poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na receita operacional líquida e nos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das ações da Companhia.

(f) Seus clientes

A Companhia poderá não ser capaz de manter o relacionamento com clientes chave responsáveis por parcela significativa de sua receita, o que pode vir a impactar seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas dependem de determinados clientes chave para composição de sua receita líquida, a partir de suas atividades operacionais, e, nesse sentido, a perda de qualquer um deles, em decorrência de fatores que podem não estar em seu controle, poderá reduzir suas receitas e participação no mercado, afetando negativamente a lucratividade da Companhia e de suas controladas.

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento de pagamentos, por parte da Companhia, podem afetar negativamente suas receitas.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes responsáveis por mais de 10% da receita na data deste Formulário de Referência. Cenários de grave crise econômica com restrição ao crédito podem alterar qualidade do crédito de seus clientes, aumentando a inadimplência e levando a Companhia a perdas.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

O desempenho do mercado internacional pode afetar diretamente o desempenho da Companhia no mercado nacional.

O desempenho do mercado internacional pode afetar diretamente os preços, concorrência, oferta e demanda da indústria dos setores da economia brasileira em que a Companhia atua, podendo afetar o seu *market share* e a sua rentabilidade.

A soda cáustica e o PVC no mercado brasileiro têm como referência de precificação o valor dos produtos spot de exportação do mercado internacional, de modo que aumentos na demanda ou na importação destes produtos podem gerar um desequilíbrio na equação oferta e demanda no mercado nacional.

Ademais, as condições internacionais de oferta destes produtos, devido à entrada de novos competidores na indústria ou ao aumento de capacidade de competidores já existentes, podem exercer pressão negativa nos preços praticados no mercado brasileiro, afetando desfavoravelmente a demanda por soda cáustica e PVC e, conseqüentemente, gerando reflexos no volume de vendas da Companhia, causando redução da receita e lucratividade.

O desempenho das atividades no mercado de cloro e soda depende da importância relativa da soda cáustica e do cloro, bem como do balanceamento verificado entre suas demandas em determinado período. Caso a Companhia não consiga destinar a produção de soda, cloro e derivados em proporções semelhantes, a produção poderá ficar prejudicada sem a maximização da utilização da capacidade instalada das plantas.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia pode ser afetada adversamente pela imposição de leis e regulamentos ambientais mais severos.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos ambientais. A Companhia obtém licenças para as suas unidades industriais junto aos órgãos ambientais competentes, que podem, adicionalmente, prescrever condutas específicas como condição para regular a execução de suas atividades. Os regulamentos ambientais aplicam-se, em particular, à emissão, ejeção e emanação de produtos e subprodutos resultantes da atividade industrial da Companhia, sob a forma sólida, líquida ou gasosa.

Mudanças nestas leis e regulamentos ou nas políticas ambientais existentes, com o fim de torná-los mais severos, podem afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, é possível que alterações na legislação ambiental, bem como na interpretação das autoridades competentes sobre as leis e regulamentos existentes, exijam investimentos adicionais relativos a questões ambientais, para a manutenção de suas

plantas e operações de acordo com a legislação vigente.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias as quais, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, o que, por sua vez, pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

Recentemente, o Congresso Nacional tem discutido e votado propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas, está a mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS - o ICMS, que é estadual, e o ISS, que é municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que incidiria sobre o consumo.

Ademais, recentemente, também foi aprovada a proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS. Esta reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

O Governo Federal anunciou e apresentou ao Congresso Nacional (i) o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que trata de diversas mudanças nos tributos incidentes sobre receitas; e (ii) o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos, mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros e fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira foi submetida ao processo legislativo, o qual incluiu avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e/ou sancionadas e como elas podem vir a impactar a Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais e a sua condição financeira. Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser

questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Flutuações das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço da dívida e impactar o resultado financeiro da Companhia.

As despesas financeiras da Companhia são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre os contratos de endividamento sujeitos a com taxas variáveis. A TJLP, o BADLAR, o SOFR, a SELIC, o IPCA e a taxa CDI podem oscilar em função da expansão ou contração da economia, inflação, políticas do governo e outros fatores. Qualquer aumento significativo nessas taxas de juros poderia afetar negativamente as despesas financeiras e os resultados financeiros como um todo da Companhia.

Rebaixamento na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou dos títulos de dívida da Companhia poderiam resultar em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e custo em emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

A dificuldade em promover crescimento sustentável da economia e promover o equilíbrio fiscal, dentre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos do risco de crédito soberano. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

Em 11 de dezembro de 2024, a Fitch Ratings afirmou a classificação da Companhia em escala nacional longo prazo de AA+ com perspectiva estável. A classificação de crédito da Companhia é sensível a qualquer variação da nota de crédito soberana do Brasil. Qualquer decisão dessa agência de classificação de rebaixar as classificações da Companhia e seus títulos de dívida no futuro poderiam aumentar as taxas de juros relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da pelo preço e na ocasião em que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquidos e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A volatilidade e falta de liquidez desse mercado pode limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de ações da Companhia de recebê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Diante de determinadas situações, os titulares dessas ações poderão não receber dividendos ou recebê-los em valor inferior ao mínimo obrigatório.

De acordo com o Estatuto Social e Política de Destinação de Resultados da Companhia, deve-se pagar aos seus respectivos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em determinadas situações, contudo, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso a Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e o lucro da controlada, bem como a distribuição desses lucros para a Companhia sob a forma de dividendos, inclusive dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que seu dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência de restrições nos contratos de financiamento da Companhia à distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

Fatores relacionados à infraestrutura dos países em que a Companhia atua podem impactar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode ser adversamente impactada por qualquer variável que eleve os custos do transporte, de armazenagem de insumos em portos ou de frete rodoviário, entre outros. Além disso, fatores relacionados às condições de infraestrutura logística (como rodovias, ferrovias e hidrovias) dos países nos quais as fábricas da Companhia estão localizadas, quais sejam Brasil e Argentina, podem afetar a disponibilidade dos insumos e, portanto, impactar negativamente os seus negócios, causando uma redução do volume de vendas, da receita líquida e, conseqüentemente, da rentabilidade da Companhia.

A título exemplificativo, os clientes da Companhia com atuação global podem passar a importar insumos ou produtos finais, em função do aumento do custo de matérias-primas no mercado nacional, reduzindo a demanda por seus produtos.

(j) Questões sociais

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os *stakeholders*, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

Os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos das atividades da Companhia nos direitos humanos de todos os *stakeholders* envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir e administrar os riscos sociais não sejam suficientes para mitigá-los, ela conseqüentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

No mesmo sentido, se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive por meio de processos judiciais ou administrativos, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Assim, caso a Companhia não consiga realizar o gerenciamento adequado, completo e de forma ampla dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais, isto pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

O não atendimento às expectativas dos principais públicos de relacionamento da Companhia em relação a assuntos de ordem ambiental, social e de governança corporativa pode prejudicar a reputação da Companhia, elevar seus custos, reduzir suas receitas ou expor a Companhia a riscos adicionais.

Há um foco crescente em assuntos ESG por parte dos consumidores, investidores e outros públicos de relacionamento, à medida que o interesse público e pressões legislativas referente às práticas ESG das companhias continuam a crescer. O crescente foco dos investidores e ativismo relacionado a questões ESG e assuntos similares podem prejudicar o acesso a capital, uma vez que os investidores podem decidir

realocar capital ou deixar de investir como resultado de sua avaliação das práticas ESG de determinada companhia. Além disso, a Companhia estipulou metas voltadas a temas ESG, que poderão não ser alcançadas, o que poderá impactar adversamente sua reputação.

Além disso, alguns investidores institucionais utilizam os serviços de consultorias que fornecem recomendações de voto em assembleia, diretrizes sobre votação por procurador e análises de atributos ESG. Se a Companhia não alinhar as propostas de sua Assembleia Geral Ordinária com tais recomendações ou diretrizes, acionistas podem votar contra essas propostas, o que pode afetá-la negativamente.

A não adaptação às expectativas e padrões dos investidores, consumidores ou outros públicos de relacionamento, que mudam constantemente, bem como a falta de resposta adequada à crescente preocupação com questões ESG, independentemente de haver exigência legal para tal, pode prejudicar a reputação da Companhia, assim como seus negócios, condição financeira e/ou cotação de seus valores mobiliários.

(k) Questões ambientais

A adesão a certos tratados relacionados ao meio ambiente pode levar a custos e investimentos adicionais à Companhia, o que poderá impactar negativamente seus resultados operacionais.

A Convenção de Minamata sobre Mercúrio, datada de 10 de outubro de 2010, estabeleceu medidas de controle e diminuição do uso do mercúrio em uma série de processos produtivos e produtos, dentre eles, a produção de soda cáustica e cloro. O instrumento de ratificação brasileiro foi depositado na sede das Nações Unidas em Nova York em 8 de agosto de 2017 e o instrumento de ratificação argentino em 25 de setembro de 2017. Os tratados estabelecem que as plantas que utilizam a tecnologia de mercúrio em seu processo produtivo, no Brasil, devem ser interrompidas até 2025 e, na Argentina, até 2030, incluindo os produtores de cloro/álcalis.

Neste contexto, a Companhia poderá incorrer em custos e investimentos adicionais para implementação de seu projeto de substituição do mercúrio em seu processo produtivo em comparação ao inicialmente planejado, o que poderá impactar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Os produtos que a Companhia fabrica estão sujeitos a risco de incêndio, explosões e outros perigos, bem como podem gerar perigos à saúde humana, o que poderá impactar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A fabricação de produtos químicos está sujeita a riscos, como incêndios, explosões, contaminação ambiental, dentre outros acidentes, relacionados aos processos de produção, armazenamento e utilização de insumos, tais como energia e gás.

Esses riscos podem resultar em graves danos, destruição de imóveis e equipamentos e danos ambientais, os quais podem ensejar responsabilidade ambiental para a Companhia, implicando em eventual obrigação de reparar danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Além disso, esses riscos podem resultar em danos pessoais ou mortes. A ocorrência de um dano ambiental ou um acidente na planta da Companhia pode obrigá-la a suspender temporariamente ou permanentemente suas operações, resultando em altos custos

de remediação e perdas financeiras. Além disso, a ocorrência de eventos desse tipo pode comprometer a reputação da Companhia, suas operações e causar prejuízos consideráveis.

As operações da Companhia estão sujeitas a ampla legislação ambiental, cujo descumprimento pode ensejar significativos riscos financeiros, operacionais, reputacionais e regulatórios para a Companhia.

As operações da Companhia estão sujeitas a uma ampla variedade de leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais, relacionados às licenças ou autorizações necessárias ao desenvolvimento dos negócios da Companhia no que tange a instalação e operação de seus projetos e atividades, uso de recursos hídricos, gerenciamento de resíduos sólidos, supressão de vegetação, impacto em áreas protegidas, dentre outros aspectos relacionados às suas atividades.

As atividades da Companhia requerem a obtenção e renovação constantes de licenças e autorizações ambientais, das quais dependem a instalação e operação das atividades e dos empreendimentos considerados pelo órgão ambiental competente como potencialmente poluidores ao meio ambiente. Dificuldades técnicas e descumprimento da legislação ambiental e das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças e autorizações ambientais podem ter efeitos prejudiciais aos negócios da Companhia, uma vez que podem sujeitá-la à imposição de diversas sanções administrativas (tais como multas, interrupção ou suspensão das atividades, embargo ou fechamento de empreendimentos, revogação de licenças e autorizações, conforme aplicável), ao pagamento de custos para recuperação de áreas degradadas e regularização ambiental (decorrentes de compensação ambiental e embargo, por exemplo), bem como à responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal, conforme o caso.

Como o escrutínio das autoridades ambientais, da sociedade e dos investidores quanto ao cumprimento pela Companhia da legislação ambiental nas diversas esferas federativas, bem como nos países em que opera, tem se tornado cada vez mais rigoroso, os custos da Companhia para cumprir as exigências ambientais, melhorar as práticas ambientais e reparar possíveis danos podem aumentar substancialmente no futuro. Ademais, os processos relativos ao cumprimento da legislação ambiental podem se tornar mais complexos.

Não é possível garantir que a Companhia não incorrerá em responsabilidade ambiental ou de que essas leis e regulamentos ambientais aplicáveis não mudarão ou tornar-se-ão mais rigorosos no futuro. Nesse sentido, o descumprimento da legislação aplicável e das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças e autorizações pode prejudicar a reputação, os resultados operacionais e a saúde financeira da Companhia.

(I) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Eventos climáticos e desastres naturais podem afetar de forma adversa as operações da Companhia.

Mudanças climáticas como chuvas intensas, ondas de calor, enchentes, furacões, e até secas prolongadas, representam forças de grande intensidade que, somadas à impossibilidade de prevêê-los com exatidão, podem afetar direta ou indiretamente a Companhia, pois a manutenção de níveis de produção e eficiência operacional pode depender de adaptações por parte da Companhia. Ademais, clientes e reguladores podem vir a ser mais exigentes, examinando minuciosamente as práticas sustentáveis da Companhia.

Assim, eventos climáticos podem impactar a Companhia nos seguintes aspectos, dentre outros:

- logística de distribuição e produção dos seus produtos, dificultando ou impossibilitando o acesso às plantas que estão situadas nas cidades de Cubatão e Santo André, no Estado de São Paulo (Brasil) e Bahía Blanca na Província de Buenos Aires (Argentina);
- redução da disponibilidade de insumos relevantes para produção como, por exemplo, a energia elétrica que é afetada pelas mudanças na intensidade e distribuição de chuvas durante o ano;
- redução da demanda dos clientes por seus produtos como, por exemplo, no potencial racionamento de água na região Sudeste; e
- outros eventos que venham a afetar as estruturas das plantas e suas capacidades de utilização em bases normais.

A ocorrência de algum desses eventos pode comprometer a reputação da Companhia, suas operações e causar prejuízos consideráveis. Além disso, poderá resultar em responsabilidade ambiental nas esferas criminal e administrativa, além da obrigação de reparar danos causados ao meio ambiente e a terceiros, o que pode causar um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

Além disso, a economia dos países nos quais a Companhia possui operações, bem como suas atividades comerciais e resultados operacionais, poderão ser adversamente prejudicados por fatores naturais (incluindo enchentes, como as que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul no início de 2024, bem como em 18 de dezembro de 2024 e no início de 2025 no município de Bahía Blanca, na Argentina, e incêndios), sociais, técnicos (erros tecnológicos ou humanos) e riscos físicos, como epidemias e pandemias em grande escala. A ocorrência de desastres naturais pode atrapalhar as operações dos fornecedores da Companhia, afetar o preço ou a disponibilidade de certas matérias-primas ou commodities necessárias para os produtos da Companhia e afetar adversamente suas operações, bem como outras ações podem resultar em interrupções generalizadas significativas no comércio e na capacidade das empresas, incluindo a Companhia, de operar normalmente.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável.

Dentre os indicados no item anterior, os cinco principais fatores de risco para a Companhia são:

- Crises econômicas e políticas no Brasil, na Argentina ou mundiais, podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.
- O desempenho do mercado internacional pode afetar diretamente o desempenho da Companhia no mercado nacional.
- Interrupções ou restrições no fornecimento, ou mesmo a volatilidade de preços, de determinados insumos básicos utilizados na produção da Companhia podem afetar seus resultados operacionais e financeiros.
- A diminuição das tarifas de importação de soda cáustica e PVC pode reduzir a competitividade da Companhia perante os produtos importados e, portanto, afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.
- Eventos climáticos e desastres naturais podem afetar de forma adversa as operações da Companhia.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo riscos de câmbio, e da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das suas atividades de negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2024 e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

<i>(R\$ milhares)</i>	2024
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI	
Caixa e Equivalentes de caixa	837.776
Aplicações financeiras	738.981
Empréstimos e financiamentos	(2.088.805)
Total	(512.048)
 Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA	
Empréstimos e financiamentos	(7.496)
Total	(7.496)

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório Focus de 10 de janeiro de 2025.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e demonstra a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

<i>(R\$ milhares)</i>	Taxa	Cenário Provável	Cenário I variação de 25%	Cenário II variação de 50%
-----------------------	-------------	-------------------------	----------------------------------	-----------------------------------

Exposição de contratos	Risco	Cenário		Efeito líquido		Efeito líquido		Efeito líquido
		Atual	Taxa	no resultado	Taxa	no resultado	Taxa	no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	12,15%	15,00%	(3.911)	18,75%	(5.254)	22,50%	(9.844)
IPCA	Aumento/ (Redução)	4,83%	5,00%	(3)	6,25%	(23)	7,50%	(45)
				(3.914)		(5.277)		(9.889)

- **Risco cambial**

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2024 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição naquela data.

Análise de sensibilidade da taxa cambial

(R\$ milhares)

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

	2024
Caixa e Equivalentes de caixa	619
Contas a receber de clientes	200.813
Outros ativos circulantes	2.917
Fornecedores	(106.041)
Outros passivos circulantes	(14.504)
Outros passivos não circulantes	(127)
Total	83.677

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 14 de janeiro de 2025, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

<i>(R\$ milhares)</i>		Cenário Provável		Cenário I variação de 25%	Cenário II variação de 50%			
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	6,1923	6,0671	(1.692)	4,5503	(20.919)	3,0336	(41.839)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Companhia e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em relação ao contas a receber, com saldo no final de 31 de dezembro de 2024 de R\$ 622.752mil. A provisão para perdas de créditos esperadas totalizou R\$ 32.724mil em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, não há clientes que representam mais de 10% do saldo de contas a receber de clientes em 30 de setembro de 2024.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

Risco de Liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos, quando contratados, estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento das saídas de fluxos de caixa para os períodos indicados.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
<i>(R\$ milhares)</i>				
Em 31 de dezembro de 2024				
Empréstimos	95.286	28.200	1.210.229	972.304
Arrendamento por direito de uso	1.655	1.897	4.424	3.987
Fornecedores	460.244	-	-	-

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista, chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo provisionados valores para processos avaliados por seus advogados como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes aqueles que: (i) que possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; e (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo nº 0034326-64.2016.8.16.0014	
a. Juízo	8ª Vara Cível de Londrina - PR
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	23/05/2016
d. Partes no processo	Autores: Carlos Henrique Pinto Fadel e Outros Réus: Unipar Indupa do Brasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 45.875.676,30
f. Principais fatos	Carlos Henrique Pinto Fadel, Iran Campos dos Santos, Lygia Maria Gadda Fadel opuseram embargos à execução em face da Solvay Indupa do Brasil (atual Unipar Indupa do Brasil) alegando que o título (Escritura Pública de Confissão de Dívida) (i) é inexigível, uma vez que o vencimento antecipado do crédito é baseado na recuperação judicial da devedora e (ii) ilíquido, pois o contrato, que sempre regeu o relacionamento comercial entre ambas, foi um contrato de conta corrente. O processo encontra-se suspenso, aguardando o julgamento da impugnação de crédito distribuído no processo de falência da PVC Brazil.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões de méritos proferidas.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento da impugnação do crédito
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo fato de o valor envolvido ser relevante.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro decorrente do pagamento das verbas sucumbenciais (indicadas no item "e" acima).

Processos de natureza tributária

Processo Administrativo Tributário nº 16539.720011/2013-02.	
a. Juízo	Receita Federal
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	05/07/2013
d. Partes no processo	Autor: Receita Federal Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.342.250,66
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado em razão de a Companhia ter supostamente deixado de adicionar despesas que seriam indedutíveis em sua declaração de imposto de renda, reduzindo assim o lucro contábil do ano-calendário de 2008 e, portanto, a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). 10/01/2018 - Negado provimento à Impugnação apresentada pela Companhia. 08/02/2018 - Protocolado Recurso Voluntário pela Companhia. Processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") aguardando julgamento do recurso interposto pela Companhia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Delegacia da Receita Federal de Julgamento manteve a autuação por entender que as despesas eram indedutíveis.
h. Estágio do processo	Processo encontra-se no CARF aguardando julgamento do recurso interposto pela Companhia.
i. Chance de perda	Possível
j. Critério para relevância	O processo é considerado relevante pelo fato de o valor envolvido ser relevante.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro decorrente do pagamento do valor em discussão (indicado no item "e" acima).

Processo Administrativo nº 19679.720.052/2017-16	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	07/08/2018
d. Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.564.170,00

Processo Administrativo nº 19679.720.052/2017-16

f. Principais fatos	Cobrança dos débitos de Contribuição Social que ficaram descobertos em razão da glosa dos créditos invocados pela Unipar nas GFIPs transmitidas entre abril de 2014 e dezembro de 2015. Em 07/08/2018 foi proferido o despacho decisório que glosou parte dos créditos invocados pela Companhia. Em razão da não homologação das compensações, em 10/10/2018, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões de méritos proferidas.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo fato de o valor envolvido ser relevante.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro decorrente do pagamento do valor em discussão (indicado no item "e" acima).

Processo nº EF 19729-90.2008.4.03.6182 / EEF 30768-84.2008.4.03.6182 / EF 19728- 08.2008.4.03.6182 EEF 30765-32.2008.4.03.6182	
a. Juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. Instância	13ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
c. Data de instauração	04/11/2008
d. Partes no processo	Autor: Unipar Indupa do Brasil S.A. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 48.450.906,90
f. Principais fatos	<p>Trata-se de embargos à execução opostos pela Unipar Indupa do Brasil, em face da União Federal/Fazenda Nacional, visando à desconstituição dos créditos fiscais cobrados na execução fiscal nº 0019729-90.2008.403.6182, com a anulação das Certidões de Dívida, tendo em vista a extinção dos créditos tributários pela prescrição. Subsidiariamente, a embargante requereu a procedência dos embargos para: a) cancelar os créditos tributários exigidos na referida execução fiscal em virtude de não consideração da dedução da CSLL cobrada da sua própria base para fins de apuração da CSLL, no período-base de 1991/exercício de 1992, uma vez que o procedimento adotado à época possuía amparo legal (art. 225 do RIR/80 e do item 7 da IN-SRF nº 198/88);</p> <p>b) cancelar os créditos tributários exigidos na referida execução fiscal, decorrentes da adição da correção monetária do ano de 1991 sobre os encargos de depreciação/amortização e custos baixados do período-base de 1990 (diferença entre o IPC e a BTNF), no balanço contábil da embargante, no montante histórico de Cr\$ 4.431.763.686,83, uma vez que, observado o procedimento correto para a correção monetária de balanço contábil previsto no § 2º do artigo 1º da Lei nº 8.200/91 e no § 1º do inciso II do art. 33 do Decreto nº 332/91, a adição promovida de ofício pela autoridade fiscal não implicaria na apuração de tributo devido no período-base de 1991 (exercício de 1992), haja vista o efeito fiscal zero que ocorria na Conta de Resultado da Embargante</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença manteve a execução dos créditos fiscais.
h. Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento pelo Tribunal do recurso de apelação interposto pela Unipar Indupa do Brasil.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo fato de o valor envolvido ser relevante.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro decorrente do pagamento do valor em discussão (indicado no item "e" acima).

Processo nº 5002577-39.2021.4.03.6100	
a. Juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. Instância	10ª Vara Cível Federal de São Paulo
c. Data de instauração	09/02/2021

Processo nº 5002577-39.2021.4.03.6100	
d. Partes no processo	Autor: Unipar Indupa do Brasil S.A. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 6.571.082,28
f. Principais fatos	<p>Ação Anulatória ajuizada visando a declaração da higidez dos créditos invocados nas Declarações de Compensação nº 27204.09375.191115.1.3.04-2200, 31872.00284.191115.1.3.04-7500, 32115.36701.191115.1.3.04-2415 e 42294.89891.191115.1.3.04-0929 e, conseqüentemente, a extinção dos débitos objeto dos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nº 10805.907605/2019-30, 10880.992698/2019-97, 10880.992699/2019-31 e 10805.907604/2019-95.</p> <p>Em 11/02/2021, foi proferida decisão deferindo em parte o pedido de tutela para (i) garantir à autora o direito de antecipar os efeitos da penhora de futura Execução Fiscal; e (ii) expedir a Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa, condicionada à prévia aceitação da garantia pela União Federal. Na seqüência, em 24/02/2021, a União Federal formulou exigências para aceitar a apólice ofertada. Em 22/03/2021, a Companhia apresentou endosso ao seguro-garantia (apólice n.º 046692021100107750018634) cumprindo com todas as formalidades indicadas pela Fazenda Nacional. Em seguida, a União apresentou sua Contestação (i) informando o ajuizamento da Execução Fiscal n.º 5009414-58.2021.4.03.6182; e (ii) requerendo a extinção da presente Anulatória. Em 29/04/2021, foi proferida decisão que determinou a conversão da Ação Anulatória em Embargos à Execução Fiscal. Ato contínuo, em 20/05/2021, a Companhia interpôs o Agravo de Instrumento autuado sob o n.º 5011351-25.2021.4.03.0000 e distribuído à relatoria do Desembargador Federal Luís Carlos Muta, da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 06/08/2021, foi proferido despacho determinado a ciência das partes acerca da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento que concedeu a antecipação da tutela recursal para suspender a decisão agravada com a finalidade de que a demanda tenha regular processamento como Ação Anulatória. Na seqüência, em 24/03/2021, foi proferido despacho (i) deferindo o pedido de produção de prova pericial contábil formulado pela Unipar; (ii) nomeando como perito judicial o Sr. Carlos Jader Dias Junqueira; e (iii) determinando a intimação das partes para indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos. Em seguida, em 27/04/2021, a Fazenda Nacional formulou seus quesitos e indicou seu assistente técnico. Ato contínuo, em 02/05/2022, a Unipar (i) formulou seus quesitos; e (ii) indicou o Sr. José Jonathan da Silva Lima como assistente técnico. Em 07/06/2022, foi proferido despacho determinando a ciência das partes acerca do acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento n.º 5011351-25.2021.4.03.0000 que deu parcial provimento ao Recurso interposto pela Unipar para determinar que a demanda de origem tenha regular processamento como Ação Anulatória. Ato contínuo, em 04/07/2022, apresentamos manifestação requerendo (i) o regular prosseguimento do feito; e (ii) a intimação do expert nomeado pelo Juízo para apresentar a estimativa dos honorários periciais. Na seqüência, em 21/07/2022, o Perito formulou sua proposta de honorários em R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais). No dia 27/07/2022, foi publicado despacho determinando a manifestação das partes. Em 17/08/2022, a Unipar concordou com a proposta formulada e efetuou o depósito judicial dos honorários periciais. No dia 22/09/2022, o Magistrado proferiu despacho (i) deferindo os quesitos indicados pelas partes, bem como a indicação dos respectivos assistentes técnicos; (ii) determinando a intimação eletrônica do expert para iniciar a perícia; e (iii) fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega do laudo. Na seqüência, em 22/09/2022, o cartório certificou a intimação eletrônica do perito. Em 02/06/2023, o expert apresentou o laudo pericial. Em 26/06/2023, a União Federal apresentou manifestação limitando-se a afirmar que "o Sr. Perito concluiu que não existe, no caso, em tela, o indébito alegado pelo contribuinte". Em seguida, em 29/06/23, a Unipar apresentou manifestação (i) comunicando que o perito confirmou todos os fatos narrados na</p>

Processo nº 5002577-39.2021.4.03.6100	
	exordial, (ii) esclarecendo que, ao analisar os DACONs Retificadores, o expert apurou indébito suficiente para quitar integralmente os débitos invocados à compensação nas DCOMPs glosadas, (iii) apontando que se a glosa das DCOMPs fosse discutida na esfera administrativa não haveria qualquer debate acerca do motivo que ensejou a retificação das Declarações e (iv) destacando o equívoco da manifestação da Fazenda Nacional. Ato contínuo, em 17/08/2023, foi certificado que o perito efetuou o levantamento dos honorários periciais. Em 21/10/24, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Unipar
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 11/02/2021, foi proferida decisão deferindo em parte o pedido de tutela, conforme descrito acima. Em 06/08/2021, foi proferido despacho determinado a ciência das partes acerca da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento que concedeu a antecipação da tutela recursal para suspender a decisão agravada com a finalidade de que a demanda tenha regular processamento como Ação Anulatória. Em 21/10/24, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Unipar
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Tribunal do recurso interposto pela Unipar
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo fato de o valor envolvido ser relevante.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro decorrente do pagamento do valor em discussão (indicado no item "e" acima).

Contingências Trabalhistas

Inquérito Civil nº 000269.2009.02.001/7	
a. Juízo	Ministério Público do Trabalho (MPT) – São Bernardo do Campo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	01/01/2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Unipar Indupa do Brasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	Trata-se de inquérito instaurado para investigação de possível contaminação dos empregados da Unipar Indupa do Brasil por mercúrio, bem como acompanhamento da desmontagem das instalações. O projeto para desmontagem da unidade e tratamento das lamas mercuriais está em fase de execução. O inquérito segue em andamento, uma vez que se aguarda a finalização do tratamento ambiental. Autos arquivados em 4.12.2024, sem remessa à CCR.
g. Resumo das decisões de mérito	Não há

Inquérito Civil nº 000269.2009.02.001/7	
proferidas	
h. Estágio do processo	Não aplicável, inquérito ainda se encontra em andamento.
i. Chance de perda	Possível
j. Critério para relevância	Impacto reputacional inerente ao tema e matéria envolvidos.
k. Impacto em caso de perda do processo	Caso o inquérito seja desfavorável à empresa, o MPT pode dar início a uma Ação Civil Pública em face da Companhia, o que poderá apresentar impactos financeiros e reputacionais aos negócios.

Contingências Ambientais

Ação Civil Pública nº 0009059-62.2010.403.6104	
a. Juízo	1ª Vara Federal de Santos – SP
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	12/11/2010
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 46.712.109,11 (para efeitos fiscais)
f. Principais fatos	A ação visa a (i) recuperação de alegados danos ambientais por uso de mercúrio na produção, (ii) indenização de danos ambientais irreversíveis, (iii) implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online e (iv) a manutenção de controle gerencial do mercúrio e sua destinação. O dano ambiental é genérico por uso de mercúrio na produção e sua inerente contaminação. Aguardando início da fase de instrução probatória. Realizada perícia em outubro de 2016. Aguarda-se publicação de intimação das partes para ciência do laudo pericial. Perícia negou nexos causais. Esclarecimentos periciais no mesmo sentido. Em março de 2023, o Juiz nomeou outro perito para esmiuçar a questão do nexo de causalidade. Laudo confirmou a impossibilidade de se imputar exclusivamente à Companhia o dano que o MP alega existir. Em 27/11/2024, protocolada petição com a manifestação sobre o novo laudo pericial apresentado.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. Estágio do processo	Instrução probatória
i. Chance de perda	Possível
j. Critério para relevância	O processo é considerado relevante pelo fato de o valor envolvido ser relevante., além de possível impacto reputacional inerente ao tema e matéria da ação.
k. Impacto em caso de perda do	Em caso de perda, a Companhia estará obrigada a dar cumprimento às exigências

Ação Civil Pública nº 0009059-62.2010.403.6104	
processo	formuladas pelo MPF no âmbito do processo, as quais poderão apresentar impacto reputacional à Companhia.

Ação Civil Pública nº 1023063-58.2022.8.26.0554.	
a. Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública de Santo André
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	29/09/2022
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Unipar Indupa do Brasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Inestimável
f. Principais fatos	O Município de Santo André ajuizou ação civil pública em face da Solvay Indupa do Brasil (atualmente denominada Unipar Indupa do Brasil S.A.) alegando que estaria ocorrendo "exploração indevida de atividades econômica e de lazer, mediante a realização de caminhadas em trilhas, acampamento, caça, pesca e supressão de vegetação em área de proteção aos mananciais, sem licença ambiental e urbanística", o que teria causado danos ao meio ambiente passível de reparação ou compensação. O Município requereu a concessão de tutela de urgência para que a Unipar providencie de forma imediata mecanismos de controle e fiscalização de acesso às trilhas clandestinas, como a construção de cercas, colocação de obstáculos e placas, vigilância e fiscalização patrimonial. A liminar foi deferida pelo Juízo. Em 25/11/2022 a Companhia apresentou contestação e interpôs agravo de instrumento em face da decisão que deferiu o pedido liminar. Em 29/11/2022 o Des. Relator Paulo Ayrosa negou a aplicação de efeito suspensivo ao agravo de instrumento. O processo encontra-se suspenso em razão de um possível acordo entre a Prefeitura de Santo André e a Companhia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. Estágio do processo	Processo suspenso, em tratativa de acordo com o Ministério Público.
i. Chance de perda	Possível
j. Critério para relevância	Impacto reputacional inerente ao tema e matéria envolvidos.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia estará obrigada a dar cumprimento às exigências formuladas pelo MPF no âmbito do processo, as quais poderão apresentar impacto financeiro e reputacional à Companhia.

Ação Civil Pública nº 0005688-08.2001.4.03.6104	
a. Juízo	4ª Vara Federal de Santos – SP
b. Instância	2ª Instância Judicial

Ação Civil Pública nº 0005688-08.2001.4.03.6104	
c. Data de instauração	13/08/2001
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.351.067,12 (para efeitos fiscais)
f. Principais fatos	<p>Requerente visa à reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental com o pagamento de indenização.</p> <p>Em 1ª Instância, o processo foi extinto sem julgamento do mérito.</p> <p>Em fase de recurso, foi reformada a decisão para que se instaurasse a fase de produção de provas.</p> <p>A Companhia ingressou com recurso especial e extraordinário aos Tribunais Superiores. Admitido o Recurso Especial e denegado o Recurso Extraordinário. Negado provimento ao Recurso Especial pelo Superior Tribunal de Justiça. Interposto Agravo Regimental, o qual não foi provido pelo STJ. Agravo de Instrumento contra Decisão Denegatória do Extraordinário negado pelo STF. Interposto Agravo Regimental, o qual foi negado.</p> <p>Em 1ª instância, foi juntada a decisão do julgamento do agravo do STF. Aguarda-se início da fase de instrução, com nomeação do perito pelo juiz e intimação das partes para apresentar quesitos.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença favorável à Unipar. Decisão do Tribunal determinou a produção de provas.
h. Estágio do processo	Produção de provas.
i. Chance de perda	Possível
j. Critério para relevância	Impacto reputacional inerente à matéria envolvida.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia estará obrigada a dar cumprimento às exigências formuladas pelo MPF no âmbito do processo, as quais poderão apresentar impacto reputacional à Companhia.

Ação Civil Pública nº 0002973-92.2008.8.26.0471	
a. Juízo	1ª Vara Porto Feliz
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	15/04/2008
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público de Porto Feliz Réu: Unipar Indupa do Brasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Inestimável
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada pelo MP Estadual contra a Solvay Indupa do Brasil (atual Unipar Indupa do Brasil), USA Chemicals Indústria e Comércio Ltda, Prafullchandra Prabhudas Patel, Vinaben Prafullchandra Prabhudas Patel (estes dois como representantes da USA Chemicals), Fazenda do Estado de São Paulo e CETESB, em razão

Ação Civil Pública nº 0002973-92.2008.8.26.0471	
	de contaminação química que teria causado a poluição de cursos d'água em Porto Feliz, sede da primeira ré, entre 1983 e 1985, por estocagem irregular com resíduos da Unipar Indupa do Brasil. Atualmente, foi determinada a Perícia pelo Estado para apurar a extensão dos danos. Estão sendo realizados trabalhos de intervenção na área, devidamente autorizados pela CETESB.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. Estágio do processo	Produção de Provas.
i. Chance de perda	Provável, ressalvando-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A, antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27/12/2016. Em paralelo à ação, a Solvay vem promovendo investigação ambiental da área por exigência da CETESB e os relatórios dessa investigação têm sido apresentados em Juízo.
j. Critério para relevância	Impacto reputacional inerente à matéria envolvida.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia estará obrigada a dar cumprimento às exigências formuladas pelo MPE no âmbito do processo, as quais poderão apresentar impacto reputacional à Companhia.

Inquérito Civil nº 14/2006	
a. Juízo	Promotoria de Meio Ambiente de Lençóis Paulista - SP
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	16/11/2006
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público de Lençóis Paulista Réu: Unipar Indupa do Brasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Inestimável
f. Principais fatos	Inquérito para acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado para recuperação da área com resíduos depositados indevidamente pela empresa IQB (mesmos proprietários da USA Chemicals). Não houve exigência de compensação social ou indenização. Trabalhos técnicos em andamento pela área de HSE. PLUMA devidamente fechada pela área técnica responsável. Grupo Solvay alinhando a melhoria da tecnologia de remediação instalada em lençóis paulista. Até esta data os trabalhos continuam em curso
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. Estágio do processo	O cumprimento do TAC está sendo acompanhado pelo Ministério Público.
i. Chance de perda	Não aplicável, tendo em vista que se trata de inquérito instalado exclusivamente para

Inquérito Civil nº 14/2006

	acompanhamento do TAC celebrado, conforme descrito acima. Ressalva-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27/12/2016.
j. Critério para relevância	Impacto reputacional inerente à matéria envolvida.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia estará obrigada a dar cumprimento às exigências formuladas pelo MPE no âmbito do processo, as quais poderão apresentar impacto financeiro/reputacional à Companhia.

Não há provisão para os processos mencionados no item 4.4.

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte a serem informados neste item.

A Companhia é parte de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) celebrado com o Ministério Público do Trabalho. Nesse sentido, destacamos abaixo informações a respeito do TAC:

TAC - MPT	
Signatários	Unipar Indupa do Brasil S.A. Ministério Público do Trabalho de São Paulo
Data da celebração	07 de março de 2025
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Unipar Indupa do Brasil S.A. celebrou um TAC com o Ministério Público do Trabalho de São Paulo, a fim de acompanhar a observância da legislação trabalhista na planta de Santo André, em especial o acordo de turno celebrado com o Sindicato e a prática de horas extras.
Obrigações assumidas	A Companhia deverá abster-se de prorrogar a jornada normal de trabalho além do limite legal de 2 horas diárias, sem qualquer justificativa legal, bem como conceder período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho e um descanso semanal de 24 horas consecutivas.
Prazo, se houver	Indeterminado
Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no termo	Monitoramento e revisão das políticas internas a fim de evitar horas extras que não se subsumam às hipóteses legais e/ou nas disposições do TAC.
Consequências em caso de descumprimento	Multa no valor de R\$ 30.000,00 por obrigação descumprida, acrescido de R\$ 1.000,00 por trabalhador identificado em descumprimento das obrigações assumidas no âmbito do TAC.

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2019 e, posteriormente, revisada em 11 de novembro de 2021. A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e às suas controladas e está disponível no site da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/).

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos busca estabelecer diretrizes e princípios para a adequação da Companhia às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação tempestiva dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos estratégicos e realização de seus negócios.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma significativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos, os riscos para os quais a Companhia busca proteção incluem, mas não se limitam, aos:

Risco estratégico: são aqueles associados às estratégias adotadas pela Companhia para o atingimento de seus objetivos de negócio, porém acabam gerando perdas financeiras, além de mudanças políticas e econômicas no contexto em que a Companhia está inserida, seja no âmbito nacional ou internacional.

Riscos Financeiros: taxa de juros, cambial, de crédito, de liquidez ou qualquer outro que resulte em perdas de recursos financeiros.

Risco de taxa de juros: é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado se refere, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Risco cambial: associado aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos da companhia e/ou suas controladas atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial se refere principalmente às variações do dólar norte-americano.

Risco de crédito: é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir com uma obrigação prevista

em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Risco de liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

Riscos operacionais: riscos que resultem em perdas por deficiência ou inadequação de processos internos e controles de operação; pessoas; sistemas, incluindo os de informação; falhas no gerenciamento de recursos e controles internos ou fraudes que comprometam as atividades da Companhia, além de eventos externos.

Risco de Compliance e Legal: associados às sanções legais ou regulatórias, de perda de reputação ou financeira em razão do não cumprimento da legislação vigente, do Código de Conduta da Companhia, de suas demais políticas, procedimentos e normas internas.

É importante ressaltar que esta não é uma lista exaustiva de todos os riscos que podem afetar os negócios da Companhia. A Companhia pode estar sujeita a outros riscos que não foram mencionados acima, mas que estão compreendidos no item 4 deste Formulário de Referência. Por isso, é importante que os *stakeholders* da Companhia leiam atentamente o Formulário de Referência e demais documentos disponibilizados em seu site de RI (ri.unipar.com) para compreender melhor os riscos e as oportunidades relacionados aos negócios da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à própria Companhia, ao público externo, o meio ambiente, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A Companhia entende que adota boas práticas de gestão de riscos, atendendo aos mecanismos de identificação, avaliação, monitoramento, prevenção e controle baseados em normativas da regulamentação local e nas principais referências internacionais bem como conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

Os riscos inerentes aos negócios e atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados semestralmente, permitindo a identificação de eventuais vulnerabilidades e outros fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos da gestão de riscos da Companhia.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Riscos define as medidas adotadas pela Companhia para a proteção contra riscos, quais sejam:

- Identificação e análise de riscos: Os riscos são identificados e priorizados por criticidade para garantir que qualquer risco que venha a se concretizar seja conhecido previamente e gerido em um grau aceitável.

- Avaliação de Riscos: Processo que tem como finalidade auxiliar a Companhia nas tomadas de decisão, identificando os riscos que devem ser monitorados e tratados com prioridade. Os riscos são analisados tendo sua origem e causa avaliadas, além de potenciais impactos e consequências que possam influenciar adversamente os objetivos estratégicos da Companhia, bem como a probabilidade de se concretizarem.
- Tratamento e mitigação de riscos: Com base no resultado da avaliação de riscos, a Área de Riscos deve aprovar o plano de ação sugerido pela área gestora com o intuito de mitigar suas consequências e melhorar o ambiente de controles internos da Companhia, atendendo a mecanismos de prevenção, detecção e controle previstos na legislação vigente, além de fornecer treinamentos e atualizar os procedimentos adotados.
- Monitoramento de Riscos: Existe um monitoramento de riscos do negócio através de indicadores de desempenho em vários níveis de gestão, como por exemplo: estratégicos, operacionais, financeiros, compliance e legal.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia devem participar ativamente do desenho dos processos de gestão de riscos e são responsáveis pela identificação, descrição e gerenciamento dos riscos inerentes ao desenvolvimento de suas atividades juntamente com a Área de Riscos. Além disso, devem implementar e monitorar os planos de mitigação preventiva ou corretiva dos riscos em conjunto com a Área de Riscos, e comunicar qualquer ocorrência de materialização do risco identificado na área.

As Diretorias, Presidência, Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e os Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia e eficiência do sistema de controles internos da Companhia, que é segregado por funções, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Órgão responsável pela elaboração de diretrizes e tomadas de decisão estratégicas, que define o nível de risco a ser tomado pela Companhia, tendo como base os retornos e consequências a serem assumidas.

Comitê de Auditoria

Responsável pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia e eficiência dos mecanismos internos de controle, identificando e monitorando os mesmos para avaliar se o nível de risco está dentro do padrão aceitável pela Companhia.

Diretoria Estatutária

Estabelece diretrizes para o gerenciamento de riscos através de informações apresentadas pelas áreas gestoras. Também adota uma estrutura organizacional capaz de avaliar e monitorar os riscos aos quais está sujeita.

Área de Riscos

Responsável pelo desenvolvimento e divulgação da cultura de gestão de riscos na Companhia, além de definir a metodologia corporativa a ser adotada, identificar e monitorar os riscos e orientar as áreas de negócios na implementação dos planos de ação estabelecidos para garantir a correta gestão e mitigação de riscos.

Também deve validar os projetos relacionados à gestão de riscos com a Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como assessorar as demais áreas da Companhia na avaliação dos riscos identificados e assegurar que a Política de Gestão de Riscos seja observada.

Área de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade (SSMAQ)

Responsável pelos ciclos de análise dos riscos corporativos e operacionais, que ocorrem mais de uma vez ao ano, em conjunto com as áreas de negócios e identificação de controles existentes realizada pela área de Controles Internos.

Cabe destacar que devido a certas limitações inerentes a qualquer programa de gestão de riscos, os controles internos da Companhia podem não evitar ou detectar todos os riscos e erros que venham a ocorrer.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia considera que a estrutura operacional e os controles internos são adequados e permitem a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia e dos normativos de risco de mercado. Periodicamente a Auditoria Interna da Companhia verifica se os controles propostos através da Política de Gestão de Riscos estão em conformidade.

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Os diretores avaliam a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras. Tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos divulgados à Companhia e suas controladas, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco. As responsabilidades dos agentes que trabalham juntos para assegurar um ambiente de controles internos com segurança razoável são distintas, mas devem estar alinhadas para garantir integridade da tomada de decisões e independência de seus agentes. Desta forma, as seguintes atribuições de cada agente devem ser observadas:

Conselho de Administração: aprovar a Política de Gestão de Riscos, garantir estruturas de reporte adequadas, delegar responsabilidades, promover recursos para suportar os objetivos da Companhia em relação aos processos de controles internos e monitoramento e gerenciamento de riscos com reportes periódicos das áreas responsáveis e do Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Diretor Presidente.

Comitê de Auditoria: apreciar e apresentar ao Conselho de Administração suas observações acerca das atividades executadas pela área de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance Auditoria Externa e de Riscos, supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, bem como reportar ao Conselho de Administração sobre as práticas de gerenciamento de riscos e ambiente de controles internos da Companhia.

Comitê de Ética: apreciar e apresentar ao Conselho de Administração, em conjunto com a área de Compliance, suas observações acerca do monitoramento e gestão dos riscos de compliance como assédio, discriminação, corrupção, fraude e conflitos de interesses.

Diretoria: liderar e dirigir o gerenciamento de riscos e controles internos, acompanhar periodicamente a evolução do gerenciamento de riscos e dos relatórios das áreas de Riscos e Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, mantendo um diálogo e reporte contínuo com os órgãos de governança e incorporar e garantir a manutenção de práticas de controles internos em seu processo decisório.

Área de Compliance: desenvolver, implementar e melhorar continuamente as práticas de governança relacionadas ao Programa de Compliance, incluindo reportes periódicos ao Comitê de Ética sobre as denúncias recebidas através do Linha Direta Unipar.

Área de Riscos: Responsável pelo desenvolvimento e divulgação da cultura de gestão de riscos na Companhia, além de definir a metodologia corporativa a ser adotada, identificar e monitorar os riscos e orientar as áreas de negócios na implementação dos planos de ação estabelecidos para garantir a correta gestão e mitigação de riscos. Também deve validar os projetos relacionados à gestão de riscos com a Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria. Além disto, assessora as demais áreas na avaliação de riscos identificados e assegura que a Política de Gestão de Riscos seja seguida e respeitada.

Os riscos inerentes aos negócios e atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente pela área de gestão de riscos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Área de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade (SSMAQ): Responsável pelos ciclos de análise dos riscos operacionais, que ocorrem mais de uma vez ao ano, em conjunto com as áreas de negócios e identificação de controles existentes.

Gestores e colaboradores: Também deverão implementar e monitorar os planos de ação de mitigação preventivas ou corretivas em conjunto com a Área de Riscos e comunicar qualquer ocorrência de materialização do risco identificado na área. Adicionalmente, devem definir controles dos processos de suas respectivas áreas em conjunto com a Área de Riscos.

Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance: Responsável por avaliar o ambiente e processos de controles internos existentes, bem como a governança corporativa da Companhia, para identificação de melhorias, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria.

Outras áreas internas: Todas as áreas que geram transações financeiras (por exemplo, as áreas de vendas, custos, despesas, impostos, entre outras) participam ativamente do desenho de seus processos operacionais de registro e controle.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos da Companhia é supervisionada pela administração, que conta com diferentes agentes responsáveis por garantir a segurança e confiabilidade desses controles. O Conselho de Administração avalia e aprova as diretrizes de controles internos e a Política de Gestão de Riscos, monitora a eficácia dos mecanismos de gerenciamento de riscos adotados e delega responsabilidades para suportar os objetivos da Companhia. O Comitê de Auditoria supervisiona a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos e reporta tempestivamente ao Conselho de Administração.

A Diretoria lidera e dirige a aplicação de recursos para atingir os objetivos da Companhia. A Área de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance e a área de Riscos são responsáveis por estabelecer metodologias, modelos, padrões e ferramentas para o gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, a área de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance avalia a adequação e eficácia do

ambiente de controles internos. A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los.

Os relatórios sobre controles internos são emitidos pela área de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance bem como pela Auditoria Independente apresentados pelos próprios auditores à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controles internos são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, mitigação de riscos e magnitude e probabilidade de ocorrência e custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o auditor independente não identificou deficiências nos controles internos da Companhia que possam ser consideradas significativas, fraquezas materiais e/ou com impactos relevantes relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme indicado no item (d) acima, não foram apontadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Para além dos pontos de recomendação apontados pelos auditores independentes, independente das análises externas, a Companhia trabalha continuamente na melhoria destes processos e cria mecanismos de controle para evitar recorrência, sendo que os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um Programa de Compliance composto por políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam ser praticados contra a administração pública. Essas medidas incluem: Código de Conduta, Código de Conduta para Terceiros, Política de Gestão de Riscos, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política de Relacionamento com o Poder Público, Política Corporativa Concorrencial, Política de Compliance e Política de Responsabilidade Social, bem como a instalação do Comitê de Ética. Também fazem parte do Programa de Compliance comunicações e treinamentos, mapeamento e avaliações dos riscos de compliance, revisões periódicas das políticas e procedimentos internos, avaliação dos parceiros de negócios, disponibilização de um canal independente e confidencial para o reporte de denúncias, bem como o monitoramento do Programa de Compliance.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta**: O Código de Conduta, cuja versão atualmente vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2024, estabelece um conjunto de diretrizes para orientação sobre as ações de conduta, normas e regras a serem seguidas e que estão alinhadas com as melhores práticas de governança corporativa. O Código de Conduta está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br).
- **Código de Conduta para Terceiros**: O Código de Conduta para Terceiros, cuja versão atualmente vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021, estabelece as principais diretrizes que devem nortear as relações com toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que se relacione ou que atue em nome da Companhia, suas empresas coligadas e controladas, incluindo, entre outros, quaisquer prestadores de serviço, fornecedores, consultores, revendedores, parceiros de negócio, despachantes e parceiros em *joint ventures*. O Código de Conduta para Terceiros está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br).
- **Política Anticorrupção**: Aprovada em 17 de março de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia, a Política Anticorrupção dispõe sobre as diretrizes relevantes das leis anticorrupção aplicáveis à Companhia, bem como estabelece padrões de relacionamento com agentes públicos e terceiros. A Política Anticorrupção está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

- **Política de Compliance:** A Política de Compliance foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2022. O documento estabelece as diretrizes do Programa de Compliance a fim de fortalecer a cultura de ética e integridade, alavancar os negócios e proteger a reputação da Companhia, bem como contribuir para as melhores tomadas de decisão e a agilidade na adaptação às constantes mudanças inerentes ao negócio da Companhia, aperfeiçoando o atendimento, a qualidade do produto e o relacionamento da Companhia com seus colaboradores, parceiros, fornecedores, clientes, Administração Pública e demais stakeholders. A Política de Compliance está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).
- **Canal de Denúncias:** A Companhia possui um Canal de Denúncias disponível para colaboradores, fornecedores, usuários e qualquer pessoa que tenha conhecimento de algum desvio ou suspeita de desvio a leis, regulamentos ou ao Código de Conduta. O canal é administrado por empresa terceirizada, o que confere a independência necessária para o recebimento de denúncias de forma confidencial e anônima, e pode ser acessado em <https://www.contatoseguro.com.br/Unipar>, no portal da Companhia e gratuitamente pelos seguintes telefones: 0800 666 3243 (Argentina) e 0800 648 6309 (Brasil).
- **Treinamentos e Comunicação:** A Companhia realiza treinamentos sobre temas de compliance, disponíveis a todos os colaboradores. Novos colaboradores recebem treinamentos obrigatórios sobre o Código de Conduta e demais práticas de compliance e integridade adotadas pela Companhia. Além disso, cabe à Área de Compliance assegurar que o compliance individual seja executado a fim de garantir que as contratações e promoções de membros da alta administração da Companhia atendam aos critérios de ética e integridade estabelecidos no Programa de Compliance.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimentos internos sobre temas de Compliance. Todos estes trabalhos são baseados em um planejamento anual que é submetido aprovação da administração da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia adota uma matriz de riscos de compliance estruturada com base em metodologia específica, que permite avaliar e definir de forma criteriosa as prioridades, buscando fortalecer seu compromisso com a integridade e a conformidade.

Como medida de preventiva contra fraudes, a Auditoria Interna desenvolveu uma frente de auditoria baseada em *scripts* automatizados (robôs de auditoria), que monitoram as atividades operacionais com o objetivo de identificar desvios de processos em tempo hábil.

Reforçando seu compromisso com a integridade e a segurança da informação, a Companhia implementou processos de gestão, prevenção a perda, vazamento e uso indevido de informações (*Data Loss Prevention - DLP*).

Por fim, é estabelecida a gestão de perfis de acesso ao sistema ERP (SAP) pela área de Risco da Companhia, através da qual a Unipar avalia critérios de permissões de acesso, para segurança da informação.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura organizacional responsável pelo monitoramento e eficiência dos mecanismos internos de integridade da Companhia é composta por:

- (i) **Conselho de Administração:** Responsável por dar o suporte necessário à Área de Compliance e ao Comitê de Ética para o desenvolvimento e execução do Programa de Compliance da Companhia;
- (ii) **Comitê de Ética:** Instituído em 1 de novembro de 2015, é responsável, dentre outras atribuições, por (i) fornecer as diretrizes e orientações da execução e manutenção do Programa de Compliance; (ii) deliberar, quando solicitado, acerca das denúncias recebidas via Linha Direta Unipar; (iii) assegurar a gestão adequada e eficiente do cumprimento do Código de Conduta e do programa de compliance; (iv) deliberar sobre questões relacionadas a patrocínios e doações em nome da Companhia e, quando solicitado, acerca de casos de conflito de interesses (v) deliberar acerca de apurações de denúncias/suspeitas de irregularidades e indicar medidas disciplinares para as áreas responsáveis; e (vi) reportar, trimestralmente, suas atividades e indicadores ao Diretor Presidente e ele reportar anualmente ao Conselho de Administração;
- (iii) **Área de Compliance:** Possui dentre outras atribuições: (i) implantar e executar o Programa de Compliance com o suporte das demais áreas; (ii) multiplicar a cultura ética e de integridade por meio de iniciativas e dinâmicas com os colaboradores; e, (iii) recomendar a atualização das políticas do Programa de Compliance sempre que entender cabível ou conforme melhores práticas do mercado. Demais diretrizes do Programa de Compliance estão apresentadas na Política de Compliance, disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta e um Código de Conduta para Terceiros, formalmente aprovados pelo Conselho de Administração, e que se aplicam a todos os colaboradores, administradores, conselheiros, membros de comitê, terceiros e prestadores de serviços, independentemente de cargo, função, posição ou unidade de trabalho. O objetivo do Código de Conduta e do Código de Conduta para Terceiros é estabelecer as principais diretrizes que devem nortear as relações com toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que se relacione ou que atue em nome da Companhia, suas empresas coligadas e controladas, incluindo, entre outros, quaisquer prestadores de serviço, fornecedores, consultores, revendedores, parceiros de negócio, despachantes e parceiros em joint ventures.

O Código de Conduta e o Código de Conduta para Terceiros estão disponíveis no site da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e no site da Companhia <https://ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>(<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Violações ao Código de Conduta

Qualquer violação do Código de Conduta resultará em medidas disciplinares como advertência, suspensão, demissão e outras que o Comitê de Ética entender como aplicáveis, de acordo com a gravidade da infração. O objetivo dessas ações é salvaguardar a reputação e a imagem da Companhia, além de reforçar a adoção da prática ética no dia a dia. Todos os colaboradores têm o dever de relatar imediatamente qualquer violação ao Código de Conduta da Companhia.

A omissão diante de possíveis infrações será igualmente considerada conduta inadequada e implicará nas mesmas sanções aplicáveis às demais ocorrências. Dependendo da gravidade do caso, o Comitê de Ética poderá avaliar com o Departamento Jurídico a possibilidade de propostas judiciais cabíveis, além das eventuais medidas disciplinares adotadas.

Violações ao Código de Conduta para Terceiros

Qualquer violação ao Código de Conduta para Terceiros resultará em penalidades apropriadas à empresa terceira contratada, como rescisão de contratos firmados e descredenciamento como fornecedor homologado da Companhia. Todos os Terceiros têm o dever de relatar imediatamente qualquer violação ao Código de Conduta para Terceiros. A omissão diante de possíveis infrações será igualmente considerada conduta inadequada e implicará nas mesmas sanções aplicáveis às demais ocorrências. Dependendo da gravidade do caso, o Comitê de Ética poderá avaliar com o Departamento Jurídico a possibilidade de adoção das medidas judiciais cabíveis, além das eventuais outras medidas corretivas adotadas.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021, com a sua última revisão realizada em 19 de junho de 2024, e o Código de Conduta para Terceiros foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021. O Código de Conduta e um Código de Conduta para Terceiros estão disponíveis no site da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

- (b) **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente, a Linha Direta Unipar, que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana, em <https://www.contatoseguro.com.br/Unipar>, no portal da Companhia e também gratuitamente pelos seguintes telefones:

Argentina: 0800 666 3243

Brasil: 0800 648 6309

Focado nos pilares de confiança, sigilo e imparcialidade, a Linha Direta Unipar é administrada por um prestador de serviços terceirizado e independente a fim de assegurar a confidencialidade e permitir que as pessoas façam seus relatos anonimamente, de modo a proteger suas identidades.

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias (Linha Direta Unipar) é gerido por uma empresa terceira especializada e é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Companhia, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Conforme indicado no item anterior, o canal de denúncias da Companhia está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros.

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Denúncias é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em página institucional da Companhia para acesso a este canal (<https://www.unipar.com/linha-direta/>).

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a Área de Compliance, que deverá apurar as denúncias recebidas pela Linha Direta Unipar ou outros meios formalizados, garantindo a imparcialidade e confidencialidade dos fatos relatados, da identidade do denunciado e demais envolvidos, assim como a efetividade da apuração. Por sua vez, o Comitê de Ética é responsável pelas decisões, instruções, recomendações e ações a serem adotadas buscando tornar efetivo o programa de compliance da Companhia.

A Área de Compliance conta com o suporte do Comitê de Ética para avaliação e tratamento de denúncias, bem como em investigações. Quando houver necessidade, Comitê de Ética será responsável por deliberar sobre o tratamento da denúncia ou relato, recomendando a investigação e aplicação de medidas disciplinares, quando necessário.

O Comitê de Ética foi formalmente criado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua 555ª Reunião, realizada no dia 11 de novembro de 2015.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na Política de Gestão de Riscos adotada, no último exercício social.